

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DA CÂMARA
MUNICIPAL DA GUARDA
REALIZADA NO DIA 27 DE MAIO
DE 2024-----**

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade da Guarda, no edifício dos Paços do Concelho e na sala de reuniões ao efeito destinada, reuniu a Câmara Municipal da Guarda com a presença dos seguintes elementos: -----

Sérgio Fernando da Silva Costa, Presidente, Amélia Maria da Silva Ramos Fernandes, Rui Manuel da Costa Melo, Carlos Alberto Chaves Monteiro, Maria Lucília Neves Pina Monteiro, Vítor Manuel dos Santos Amaral e Maria Adelaide Veloso Lucas Queiroz de Campos, Vereadores. -----

ABERTURA

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou aberta a reunião quando eram quinze horas e seis minutos. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Boa tarde a todas e a todos. Temos o senhor Baltasar Lopes que pediu para vir à reunião para falar de um assunto em concreto. Senhor Baltasar, faça favor.” -----

- **Município, Baltasar Lopes:** “Boa tarde senhor Presidente, senhores Vereadores, técnicos, e comunicação social. Uma vez mais, venho aqui para ver se o senhor Presidente me consegue dar alguns esclarecimentos. É evidente que às vezes se fala da Câmara Municipal e não é o senhor Presidente que tem a culpa, se calhar não sabe de muitas questões. Por exemplo, o que aconteceu na Feira Medieval, onde

solicitámos um quadro elétrico para uma eventual baixada. A Câmara Municipal emprestou-nos um quadro elétrico e nós colocámos o quadro elétrico. No dia vinte e quatro de abril a EDP ia a ligar o quadro elétrico e disse que aquele quadro não está adequado há muitos anos. Isto foi no dia vinte e quatro, dia vinte e cinco era feriado, no dia vinte e seis começava a Feira Medieval e, nós tivemos que, felizmente ainda temos muitos amigos, mandar vir um quadro destes do Porto. É um alerta que eu faço, senhor Presidente, para que outras Associações não venham..., espero que não tenham feito de propósito, mandar aquele quadro para a Feira Medieval não ter luz. De certeza que o senhor Presidente não sabia dessa questão.-----

Outra questão, é que parece que há Presidentes de Junta que mandam mais que os políticos da Câmara Municipal. Nós, para a Festa da Cereja solicitámos à Câmara Municipal, porque os nossos eventos felizmente têm sempre muitos expositores, quinze chapéus de sol. A Câmara Municipal só nos cedeu cinco, que eram os que estavam disponíveis. Qual é o meu espanto quando venho a saber que a Junta de Freguesia tinha lá mais cinco, já há quinze dias. Depois entrei em contato com alguém da Câmara que me pediu para eu me dirigir à Junta para nos emprestarem mais cinco chapéus. Assim como a barraquinha que lá estava. Ainda agora o senhor Presidente deve ter visto a barraca nas Mondegueiras, ela está lá há uma série de dias, solicitámos a chave, porque nós tínhamos muitos expositores e infelizmente o senhor Presidente da Junta também não nos cedeu a chave. Eu penso que aquilo é do município, é de todos.-----

A Câmara Municipal, naquilo que é possível, tem-nos ajudado e quando ajuda temos que dizer que ajudam, mas infelizmente tivemos muitos expositores, nem com mais três barraquinhas que foram..., de certeza absoluta que o senhor Presidente não sabe disso, mas quando se culpa a Câmara também é para a Câmara saber o que se passa,

para não acontecer também noutros sítios. Porque se calhar há Associações que também precisam, dado as muitas atividades que tem o concelho e, se calhar às vezes tão guardadas em algumas Juntas de Freguesia, foi o que aconteceu em Aldeia Viçosa.-----

Também gostava de uma informação, senhor Presidente, se me pudesse dar. A Associação de Eventos tem um contador que está na via pública, pagamos as taxas, pagamos a água quando consumimos, só estamos a utilizar duas vezes no ano, mas nós não mandamos retirar o contador com medo que depois não o coloquem lá outra vez, que depois venham inventar alguma questão e assim estamos a pagar a taxa. Como é só água, estamos a pagar taxa de saneamento e não temos nada disso, a Associação é obrigada a pagar a taxa de saneamento quando não existe nada disso? Parecendo que não, dez ou doze euros por mês, já lá vão dois anos, faz sempre jeito. Agora vamos falar das propostas de atribuição de apoios às Associações Culturais. Quando eu venho cá falar da Feira Medieval, que tem sido o nosso cavalo de batalha, o senhor Presidente diz que isso tem a ver com os técnicos, os técnicos é que dizem e fazem o relatório. Por isso é que pedi, e espero que a Câmara Municipal tenha em seu poder aí para me poder demonstrar, qual foi o relatório dos técnicos. Porque, segundo alguns técnicos dizem, os técnicos fazem um relatório e a Câmara Municipal decide outra coisa, portanto se a mim não mos puder mostrar que mostre aos Vereadores todos os relatórios de todas as Associações. -----

Porque, por exemplo, nesta questão das propostas de atribuição de apoios às Associações Culturais que foi à Câmara Municipal, para meu espanto na página cinco: Associação de Eventos de Aldeia Viçosa o ano passado 600 euros este ano 1000 euros. Nós fizemos o Plano de Atividades, fizemos tudo isso e qual é o nosso espanto, se calhar até nos vai ajudar naquilo que aqui está escrito, deduzo eu do

português que entendo, se calhar até podemos fazer uma candidatura. Diz assim: “Plano com iniciativas que se vão desenvolver em Festivais de Cultura Popular. A única referência será a Festa da Cereja em junho, Festival do Peixe do Rio, Festa dos Míscaros, entre outras de envolvimento comunitária.” Aqui, nem sequer fala na Feira Medieval que é o nosso cavalo de batalha. Ou o senhor Presidente está a sugerir-nos, é o que vem aqui, agora está tanto na moda os Festivais de Cultura Popular e bem, há Festivais muito bons, eu vou quase a todos, e alguns devem continuar e até deve ser reforçado o apoio, outros, pelo contrário, devem ser retirados todos os apoios, porque aquilo de Festivais não têm nada. -----

Será que o senhor Presidente, de acordo com o que escreveram aqui, quer que a Associação de Eventos se candidate a um Festival de Cultura Popular? Porque é que não é frisado aqui a Feira Medieval? É isso que eu gostava de saber, se é uma iniciativa que tem tido centenas e centenas de pessoas, aliás todos os nossos eventos. Pena é que o senhor Presidente e os senhores Vereadores da Câmara da Guarda não vão aos nossos eventos, mas sabe e tem *feedback* de que os nossos eventos têm muita gente. -----

Em contrapartida, senhor Presidente, estive lá este sábado no Festival das Mondegueiras e o senhor Presidente de certeza que veio dececionado, porque está aqui a fotografia do senhor Presidente a discursar e havia mais gente em cima do palco a tocar do que a assistir. Como eu disse, há Festivais de Cultura Popular muito bons, mas este por exemplo, aliás, na própria Freguesia fala-se, é degradante senhor Presidente. O senhor Presidente deve ter vindo mesmo muito dececionado onde havia mais gente em cima do palco do que a assistir ao espetáculo e, gasta-se nisto, 50 mil euros. -----

Era isto que eu gostava que o senhor Presidente me pudesse informar, as razões, porque aqui não vem nada referente à Feira Medieval, à qual vêm pessoas de todo o país expor, visitar e não há uma referência aqui? E, depois queria que me explicasse o que é isto de Festivais de Cultura Popular, se de facto nos podemos candidatar, se calhar está aqui a dar-nos uma dica. De qualquer maneira, se não me puder dar a mim o relatório dos técnicos, das outras Associações, pelo menos o relatório referente à Associação de Eventos, penso que tenho o direito de ver. E, faço mais um apelo aos Vereadores da oposição que peçam os relatórios de todos para confirmar se, quando o senhor Presidente diz que são os técnicos que decidem, se afinal os técnicos dizem uma coisa e o senhor Presidente ou a Câmara Municipal decidem outra, dependendo das caras das pessoas. Obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Baltasar, no que diz respeito à questão do quadro elétrico, peço à senhora arquiteta Maria João para verificar o que é que se passa com o quadro elétrico. Efetivamente, se há alguma anomalia ou se não está adaptado às condições técnicas que agora são exigíveis, porque a EDP de vez em quando muda as regras, não é a primeira vez que o faz, portanto para se poder fazer a adaptação necessária.-----

No que diz respeito às questões logísticas que aí referiu desconheço em absoluto, naturalmente, mal feito fora que o Presidente da Câmara se tivesse que preocupar com questões logísticas, mas vamos procurar saber o que é que se passou com essas cedências, com esse equipamento logístico. -----

Sobre a questão do contador de água, estava aqui a falar com o senhor Vereador Rui Melo, há uma ligação ao saneamento, correto? Como há uma ligação ao saneamento, por isso é que pagam a taxa, porque da mesma forma, esporadicamente, vão usando o saneamento, já coisa diferente será em relação aos resíduos, isso aí é obrigatório,

está implícito naturalmente. Agora, se houver alguma dúvida esclarece-se a dúvida, naturalmente, mas havendo ligação ao saneamento, naturalmente tem que haver o pagamento da taxa do saneamento. -----

O senhor Baltasar falou aí na questão das propostas. Posso saber como é que o senhor teve acesso a essa proposta que só foi discutida aqui nas últimas reuniões de Câmara, não saiu para fora. Como é que teve acesso a ela, posso perguntar? “ -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Eu sou um cidadão...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “É que isto está no seio desta Câmara, não saiu ainda porque ainda não foram entregues os valores.” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Sabe que foi dos técnicos da Câmara.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “A senhora Vice-Presidente vai indagar se, de facto, foram os técnicos da Câmara. O senhor está aqui a dizer que foram os técnicos da Câmara que lhe forneceram documentos da Câmara Municipal e, portanto, nós vamos indagar junto dos técnicos. Porque isso a ter acontecido, é fornecerem documentos para fora, sem autorização superior, pode estar implícito aqui alguma ocorrência indevida e outro nome não lhe quero chamar, por agora. Mas, vamos procurar indagar isso, porque se é um assunto que foi falado apenas aqui, no seio desta Câmara Municipal, e daqui não saiu e estar lá fora, bom de facto é uma situação que pode incorrer noutras questões.-----

Senhor Baltasar, devo dizer que eu falo por mim, a senhora Vice-Presidente exatamente da mesma forma. A nossa preocupação tem a ver com valores finais absolutos e as orientações que foram dadas: os valores do ano transato não poderiam ser ultrapassados, por razões óbvias naturalmente. E, portanto, a avaliação só diz respeito, efetivamente, aos técnicos que a fazem. Aliás, a única Associação que viu, e porque em termos absolutos o valor final total de todos os apoios não aumentava,

aumentar o valor neste ano, no que diz respeito às Associações Culturais, foi mesmo a Associação de Eventos de Aldeia Viçosa, foi a única que aumentou, aliás chegou a ser falado aqui. -----

Portanto, senhor Baltasar, estamos perfeitamente à vontade nessa matéria. A nossa preocupação é que não sejam ultrapassados os valores totais absolutos. A avaliação, a análise técnica, diz apenas respeito aos técnicos, função dos Regulamentos que estão em vigor. -----

Quando referiu aquilo que referiu, estava completamente enganado. Aquilo que os técnicos propõem, desde que os valores não ultrapassem aquilo que está plasmado, digamos, em orçamento é aquilo que depois acaba por vir às reuniões de Câmara. Aqui não há lápis azul, não há caneta azul da censura, por isso é que nós tomamos sempre essa decisão.” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Senhor Presidente, não sei se isso é legal se não é, mas eu posso ter acesso ao relatório que os técnicos escreveram em relação à Associação de Eventos, ou não? Julgo que isso é público? Julgo que tenho direito.”

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não é público, é um documento desta Câmara que é reservado a esta Câmara, não é um documento público. O que é público, depois, são os valores que são atribuídos a todas as Associações.” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Não posso ter acesso, senhor Presidente?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O senhor fará um requerimento e depois os serviços verão se, de facto, isso é legal, se é legítimo ou não é legítimo, tendo em conta a proteção de dados e de tudo isso. O senhor deve fazer um requerimento escrito e depois os serviços informarão em razão da matéria.” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Senhor Presidente, não me explicou, está a fugir à pergunta. Porque é que o nosso cavalo de batalha, que é a Feira Medieval e o senhor

Presidente sabe as pessoas que têm vindo às duas edições da Feira Medieval, porque razão não vem mencionado, uma vez que no Plano que enviámos à Câmara, já com o relatório de todas as atividades do ano passado, vem lá a questão da Feira Medieval. Não acha que isso é interessante? Explique-me, então, o que é isto de Festivais de Cultura Popular? Será que podemos candidatar o Festival do Peixe do Rio a Festival de Cultura Popular? É o que está aqui, senhor Presidente. A minha língua portuguesa não é assim muito boa, mas é o que deduzo. Não fui eu que escrevi, senhor Presidente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Baltasar, os documentos técnicos são documentos técnicos e nós validamos valores e, portanto, a análise que os técnicos fizeram a eles diz respeito. O enquadramento que é feito sobre toda e qualquer iniciativa, que possa estar ou não diluída noutras iniciativas, depois cabe a nós executivo validar os valores. É assim que é feito há dez anos a esta parte, função daquilo que está plasmado no Regulamento Municipal. Aliás, ainda na última reunião de Câmara, penso que na última falámos sobre isso, no futuro quando houver outro Regulamento, com outras regras ou não, enfim, o que vier a ser decidido, então aí, em razão dessa matéria será feita a adaptação. -----

Caso contrário, fazemos exatamente da mesma forma, a análise daquilo que os técnicos escrevem (são responsáveis por aquilo que escrevem). Mais alguma questão?” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Senhor Presidente, então digamos que não é preciso mandar o Plano de Atividades? Se a nossa primeira referência não vem, para que é que nos pedem um Plano de Atividades? Eu sei que há aqui Associações, não vou dizer quais, que nem Plano de Atividades apresentaram. O senhor Presidente tem que me explicar, porque o senhor Presidente é que está aqui. Em todas as reuniões,

quando eu venho cá pedir apoio extraordinário para a Feira Medieval, o senhor Presidente diz sempre que os técnicos é que decidem. Então, diga-me o que é que aqui está? Alguma coisa está errada, senhor Presidente. Se escrevem aqui..., se calhar nem leram o Plano de Atividades. Sendo a Feira Medieval o nosso cavalo de batalha e nem sequer aqui vem referida, senhor Presidente, tem que me explicar porquê? Desculpe lá senhor Presidente, eu sou muito burro, se calhar sou muito burro. O senhor Presidente não explica ou eu não estou a entender. Porque é que não vem aqui? Para a próxima vez não é preciso o Plano de Atividades. Para que é que nos pedem o Plano de Atividades, o Relatório de Atividades e tudo isso senhor Presidente, se não têm nada disso em conta?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Baltasar, volto a dizer pela terceira vez, os técnicos fazem a avaliação dos Planos de Atividades. Quem não apresentar Planos de Atividades, simplesmente não recebe valores, porque é uma das obrigatoriedades que está prevista em Regulamento. Há de saber disso, com certeza. Quem não apresentar Plano de Atividades não recebe qualquer valor, porque é um preceito legal. O senhor está a referir que tem dúvidas sobre se avaliaram, se não avaliaram todos os eventos. Vamos questionar os técnicos se eles avaliaram, se não avaliaram e depois ser-lhe-á dito alguma coisa, porque os técnicos é que fazem essa avaliação e responderão por si e defendem, naturalmente, a assinatura dos documentos que assinam, digamos assim.” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Eu vou terminar, senhor Presidente. Só para dizer que eu vou pedir o relatório para ver se, de facto, é a Câmara, na pessoa do senhor Presidente ou da senhora Vice-Presidente, que está a fazer mal ou se foram os técnicos. O senhor Presidente diz sempre que são os técnicos, por isso, é que eu quero ver o relatório e, depois posso vir aqui à próxima reunião, se tiver acesso ao relatório,

e penitenciar-me perante o senhor Presidente e dizer: o senhor Presidente e a senhora Vice-Presidente têm toda a razão e levaram em linha de conta o que os técnicos disseram e eu penitencio-me, se isso for verdade. Mas, também lhe digo senhor Presidente se for ao contrário, também venho aqui e digo que o senhor Presidente tem mentido sempre, porque diz que segue as orientações dos técnicos. Não sei se é preciso pedir por escrito, se não...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, tem que fazer um requerimento.” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Então, eu vou fazer o requerimento.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “E tenha bem a noção daquilo que eu referi há pouco, que a única Associação que recebeu valor superior em relação ao ano passado, foi mesmo a Associação que o senhor está aqui a representar.”-----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Senhor Presidente, agradeço, mas também é a única Associação no concelho da Guarda que faz as atividades todas, mesmo a chover, se calhar são abençoadas, são quase sempre a chover e têm tido sempre muita gente, não é como esta foto que está aqui, 5 mil euros. Mas, para que saibam o senhor Presidente está a dizer que aumentaram, que é para a comunicação social saber. Nós o ano passado tínhamos 600 euros e este ano passou para 1000 não pensem que se nos dessem 5 mil euros, como fazem..., senhor Presidente deve ter vindo mesmo envergonhado, no sábado, com isto.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Baltasar tem mais alguma questão?” -----

- **Munícipe, Baltasar Lopes:** “Não, era só.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Então, muito obrigado. Pode retirar-se, por favor. Sobre as datas das próximas reuniões de Câmara. A próxima reunião de Câmara seria a dez de junho, é feriado. Eu propunha que ela se pudesse realizar no dia seguinte de manhã, terça-feira, dia onze. Então dia onze às dez da manhã. E, a reunião seguinte,

eu pedia para que também a pudéssemos alterar que está prevista para dia vinte e quatro, se poderíamos fazer no dia vinte e um, também de manhã.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “No dia vinte e um, para mim não é possível. Era possível por exemplo a vinte e cinco, a vinte e um não consigo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Seria para antes, para depois não. Dia vinte e um é totalmente impossível da vossa parte?” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Essa semana não estou cá, não estou na Guarda. Pode vir sempre alguém substituir-me, pois só regresso a vinte e quatro.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Ainda estamos a tempo para podermos fazer aqui a outra alteração, depois falaremos. A próxima fica já alterada, entretanto, já falamos sobre a alteração seguinte, digamos assim. -----

Sobre a ata da última reunião de Câmara, alguma questão a colocar?” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Há sim, senhor Presidente. Eu estou habituada a que as atas das reuniões, todas as atas que se fazem e, eu já fiz muitas, feliz ou infelizmente, tenham vertido tudo aquilo que é dito na reunião que tem apreço. Esta ata, no ponto um, não vem referida toda a discussão, toda a conversa que houve relativamente ao ponto um. Ou seja, o ponto um tinha a ver com o Conselho de Administração da APAL, foi aqui discutido, os restantes Vereadores estiveram aqui a conversar sobre a constituição, sobre aquilo que nos parecia melhor ou pior. Acabámos, ao fim ao cabo por votar, cada um de nós votou e quando acabou essa votação, o senhor Presidente tomou outra decisão e pediu para retirar o ponto. Mas, a retirada do ponto não invalida a discussão nem a conversa que houve e que não está aqui vertida. -----

Isso não é, do meu ponto de vista, uma boa prática, nem nunca tinha sido assim confrontada com uma coisa destas. Nas atas temos os pontos importantes, temos

aquilo que é mais importante, que é para sublinhar ou não sublinhar, mas lá tem que estar tudo e, por isso, é que se vai consultar a ata. Aliás, o senhor Presidente depois, em conversa com os órgãos de comunicação social, não sei se só aí, mas aí sim, remeteu para a ata o esclarecimento do que se passou relativamente ao ponto um. Ora, no ponto um não está cá nada, diz que o senhor Presidente retirou o ponto da reunião, mas ele foi retirado porque houve uma conversa, digamos que há um texto, há uma conversa, há uma série de propostas que foram feitas, que chegaram a ser votadas, embora, depois se tenha aceitado a retirada do ponto, mas elas não deixaram de existir e, portanto, têm que estar vertidas no ponto um. Posteriormente a isso, eu mandei um email a pedir a transcrição da minha intervenção nesse ponto, que não me foi enviado, embora tenha sido muito prontamente respondido e muito solicitamente esclarecido. A verdade é que eu não posso aceitar uma ata que vem truncada na sua parte ou no todo.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora, permita-me só esclarecer duas ou três coisas. Primeiro, falando sobre o ponto. Eu não coloquei o ponto à votação, permita-me corrigir. A senhora Vereadora é que disse a sua intenção, mas eu não coloquei o documento à votação. Aliás, se quiserem ouvir o áudio é isso que lá está plasmado, eu não coloquei o documento à votação em caso algum.-----

Houve considerações que os senhores Vereadores quiseram referir e a minha decisão foi retirar o ponto para acrescentar aquilo que os senhores Vereadores, legitimamente, pediram para que fosse anexado, os currículos das pessoas, de uma forma legítima. Então, vamos retirar para complementar com os currículos é legítimo. Se faz ou não falta, se faz ou não sentido, não é isso que está aqui em causa, mas é legítimo pedirem os currículos das pessoas, porque podem não as conhecer todas, no todo ou em parte e, portanto, foi isso que aconteceu. E, tal como tem

acontecido, não é desde agora senhora Vereadora, é desde há muitos anos, sempre que um ponto é retirado, simplesmente o ponto não fica na ata. Não é desde agora, é desde há dez, desde há vinte, desde há trinta anos, talvez. O ponto é retirado, não consta. Vai à discussão, vai à votação na reunião onde voltar a ser discutido, como é o caso, como é hoje outra vez.”-----

- Adelaide Campos, Vereadora: “Senhor Presidente, pode não ter sido exatamente posto à votação, eu disse qual era a minha opinião e o Vereador Chaves Monteiro também disse qual era a sua opinião nesta mesma reunião, aliás isso pode ser ouvido no áudio, seguramente. Agora, a questão é: se essa era uma prática deixe-me que lhe diga, que seja de há muitos anos é uma má prática, porque a boa prática requer que tudo aquilo que é dito numa reunião, tudo aquilo que eu estou aqui a dizer agora e que todos nós vamos dizer e tudo o que disse o senhor Baltasar Lopes e o que disseram todos tem que ser vertido para aí, até porque depois a opinião pública, as pessoas, os cidadãos vêm aqui ver o que se passou e então olham e dizem: a proposta de nomeação, olha tiraram o ponto. Isso não interessa, eles estão lá e nem sequer se deram ao trabalho. Não, nós demo-nos ao trabalho, eu dei-me ao trabalho de ler, de estudar, de traçar um plano relativamente a isso que acho, acho não, tenho a certeza. Porque é do mais elementar cumprimento das normas vir vertido na ata, porque é uma razão. A ata vai justificar tudo aquilo que são as decisões, porque as decisões da Câmara são as decisões da Câmara, mas as decisões da Câmara estão baseadas em propostas, em diálogos, em apresentação de alternativas e essas é que justificam que o ponto A seja assim, o ponto B seja assim. -----

Pode ser que tenha sido uma prática nesta Câmara, quem sou eu para desmentir o senhor Presidente nessa circunstância, a verdade é que eu não posso aceitar uma situação dessas, porque de facto houve discussão. Depois, o senhor Presidente

remete para a ata, as pessoas chegam à ata e não veem nada. Então? Isto não faz sentido. Portanto, se é preciso fazer alguma proposta eu proponho que isso passe a ser a partir desta ata.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Muito boa tarde a todos. Sobre esta matéria, de facto, tudo corria bem, mas as coisas ganham uma dimensão e nós também temos que nos adaptar a essa realidade. Repare: este tema foi debatido, teve um impacto externo com alguma relevância, ainda hoje houve uma conferência de imprensa onde foi dito pelos senhores Presidentes..., eu ainda não tive acesso, mas é um assunto que tem importância e não ficou cessado no dia desta última reunião de Câmara.---

Consta-se e lá fora e foi propalado que se pediram currículos, que havia amizades e que não era preciso currículos, designadamente pelo líder do seu movimento (bancada Pela Guarda). De facto, se temos a posição do executivo é importante também que a posição da oposição seja transmitida até, porque a ata é exatamente uma cópia fiel do que se passa na reunião. Portanto, neste ponto concreto admitindo e aceitando até aquilo que o senhor Presidente refere, este é um dos casos em que justifica, para além dos outros todos, porque a regra é essa, a ata ser uma cópia fiel do que se passa na Câmara. Portanto, aqui vamos no sentido desta questão que consideramos pertinente do Partido Socialista, que é refletir a posição quer da oposição (dos dois partidos) que naquela e nesta reunião tomaram a palavra, ainda mais pelo facto de o senhor Presidente remeter para a ata os esclarecimentos, então, é natural que estejam os seus e os nossos. Penso que faz todo o sentido que a ata possa vir a ser aprovada, mas com a integração deste texto.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Então, o que eu proponho é que não se vote hoje esta ata, nós vamos pedir aconselhamento a quem de direito, se é legítimo ou não isso ser feito e, depois, na próxima reunião de Câmara voltará cá, novamente, a questão da

análise, porque em relação a tudo o resto não há mais dúvida em qualquer um dos pontos, pois não? Portanto, vamos com quem de direito, com a instância respetiva, perguntar, vamos aconselhar, sobre o *modus operandi* e a legitimidade também político-legal.”-----

ANTES DA ORDEM DO DIA

No período Antes da Ordem do Dia, duas breves notas. Pela primeira vez a Guarda esteve presente no Festival PANOS, com o Grupo de Teatro da Vela – Gambozinos e Peobardos que fez a sua apresentação no dia dezoito de maio, no Teatro Miguel Franco, em Leiria. Este projeto é uma iniciativa do Teatro Nacional D. Maria II e da Fundação “La Caixa”, em colaboração com o BPI e em parceria com o Teatro José Lúcio da Silva. Este projeto encomenda, anualmente, peças originais a escritores de renome, para além de representadas por adolescentes, num cruzamento entre o teatro escolar e juvenil e as novas dramaturgias. Ao longo do ano o grupo, em causa, tem realizado leituras encenadas de livros infantis escolhidos pelos mais novos que participaram na 6ª edição da Oficina de Teatro. As apresentações têm decorrido na escola primária da Vela e na Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço. Isto para além de outros projetos em que têm participado e que têm elaborado em parceria com o Município da Guarda, através do Teatro Municipal da Guarda.-----

O segundo ponto, tendo como finalidade a Constituição do Conselho Municipal de Segurança da Guarda, decorreu no dia vinte e três de maio uma reunião nos Paços do Concelho para aprovação da proposta do seu Regulamento. Recordamos que este Conselho Municipal vem ao encontro da legislação em vigor que alerta para a criação dos Conselhos Municipais de Segurança, qualificando-os de entidades de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação. Tão breve quanto possível, virá

aqui a esta Câmara para podermos dar seguimento ao processo, digamos, de constituição deste Conselho Municipal de Segurança.” -----

- Adelaide Campos, Vereadora: “Relativamente ao período Antes da Ordem do Dia, há aqui três ou quatro pontos que eu queria falar. O primeiro reporta-se a uma visita que eu fiz ao Canil Municipal, tenho sempre alguma renitência em ir, porque me faz muita impressão ver animais “institucionalizados”, mas fui até para conhecer a nova veterinária que lá está e perceber o que é que havia relativamente ao Canil. Não queria deixar de dizer aqui e depois, o senhor Presidente ou o senhor Vereador que está responsável, me dirão qual será a forma de tentarmos resolver isto da melhor forma. -----

A primeira coisa que eu quero fazer notar é que o Canil está muitíssimo melhor do que aquilo que eu conheci há dez anos, que era um sítio deprimente, era um sítio horroroso, onde os animais envelheciam e eram de certa maneira tratados com enorme desprezo, enorme displicência e que hoje me apraz dizer que é um sítio bem organizado, com uma assistência muito boa. Quero também comprazer-me com o facto de estar já a decorrer o concurso para a enfermeira para ajudar, quer dizer, para fazer o seu papel, não é ajudar, a veterinária. -----

Aquilo que me fez alguma impressão e que gostaria de ver se nós poderíamos resolver (decorreu de uma conversa informal, absolutamente informal, quero deixar isso claro) é o seguinte: muitas vezes é preciso para pequenos gastos imediatos, urgentes..., haveria a necessidade de haver ali um fundo de maneiio mensal, uma coisa que pudesse ser entre 100 euros, o que fosse, mas que desse para ir comprar qualquer coisa, pois muitas vezes é necessário, porque nunca se sabe se entra um cão ou um gato coxo, atropelado, a precisar do que quer que seja. -----

A segunda, eu estive lá a ver, haveria a necessidade de fazer a aquisição de estrados para os cães da zona antiga, daquela zona que eu conhecia melhor e que era onde os cães estavam a maior parte do tempo. Com as lavagens sucessivas a madeira vai apodrecendo, a maior parte deles estão inoperacionalizados e haveria a necessidade de adquirir mais quarenta estrados, não tenho a certeza, que acabam por ser uma espécie de paletes, um bocadinho mais fechadas, claro, para eles poderem estar melhor.-----

Entretanto, achei estranho, porque eu comprometi-me a levar lá um micro-ondas para aquecer o leite dos gatos pequenos e tomei isso como minha responsabilidade, podia não o ter feito e, não estou a dizer aqui por nada, é só para dizer que fiquei de o ir entregar na sexta-feira a seguir e a Dra. Paula, a veterinária, disse-me para não ir, porque às terças e sextas não estava, porque estava no Matadouro. Ora, eu pensava que o cargo da veterinária municipal que era um cargo para cinco dias por semana, de maneira que gostava que isso fosse esclarecido e parece-me que era da mais elementar justiça, até porque tem feito um bom trabalho.-----

O segundo ponto tem a ver com o seguinte: recebi um email do pai de um estudante, daqui da Guarda, que concorreu ao Fórmula 1 Schulz. Eu já tinha ouvido falar, várias vezes, da Fórmula 1 Schulz, assim como dos concursos de matemática, dos concursos de física, dos concursos do que quer que seja, nos quais os miúdos vão..., alguns fazem primeiro aqui uma pré-seleção, em cada uma das escolas do país ou naquelas que se propõem a isso, e que depois se propõem a fazer outras apresentações e outros concursos com outras escolas do país. -----

A Guarda tem tido a honra e o privilégio de ser muito bem cotada e tem tido ótimos resultados. Mas, por aquilo que me disse o pai de um dos miúdos concorrentes terão pedido à Câmara para financiar o transporte dos miúdos daqui para Santa Maria da

Feira e que não tinha sido disponibilizado esse transporte. Ora bem, como nós vamos ver aqui ao longo da discussão dos pontos do dia de hoje, são sempre dados a atletas e, bem, não há atividades de primeira e de segunda, o que não pode é que as atividades intelectuais, que nos podem diferenciar de uma maneira muito importante e que pelos vistos diferenciam, nomeadamente na matemática (onde há pelo menos um grupo que tem ficado, sistematicamente, entre o primeiro e o segundo lugar) e nesta da Fórmula 1 Schulz também. Parece-me que seria da mais elementar justiça e que dignificaria a Câmara e a cidade, patrocinar, seja como for, já que mais não seja na atribuição de carro para eles irem. -----

Eu perguntei, inclusivamente, se essa disponibilidade da Câmara tinha sido pedida atempadamente, porque às vezes as pessoas lembram-se em cima da hora de pedir e, é evidente que em cima da hora não é possível fazer nada disso. Foi-me dito que não, que houve alguma *décalage* no tempo, portanto teria havido tempo para fazer isso, mas a verdade é que isso não aconteceu e os miúdos chegaram então a Santa Maria da Feira e viram autocarros de outras Câmaras, pronto depois podemos entrar no despique (a Guarda não levou a Câmara e tinham já o logotipo da Câmara na camisola e depois a Câmara afinal não o fez). Eu penso que isso faz parte dos pelouros da senhora Vice-Presidente e penso que valeria a pena dar uma nota e, perceber que temos mesmo que apoiar estes miúdos que, não são só os desportistas, não são só os dançarinos, são também aqueles que com a sua atividade intelectual podem promover e vão promover a Guarda. -----

Isto é tanto mais grave quanto a maior parte das empresas que participaram, julgo que a Junta de Freguesia também terá dado..., depois não entrei na conversa da Junta de Freguesia, porque me pareceu que isso já é entrar no diz que diz, quem foi e quem não foi e, não me pareceu que fosse a forma correta de abordar o

problema. Mas, julgo que nós devemos debruçar-nos sobre isso para não deixar estas coisas caírem em saco roto. -----

O terceiro ponto tem a ver com as condições de higiene em que estão as instalações sanitárias públicas da Guarda, que eram antigamente conhecidas como as sentinas.

Julgo que a única que está a funcionar é a do Largo Frei Pedro, é a única que tem uma senhora responsável. Não sei como é que está a questão da higiene daquele local, mas há umas que são na Rua dos Cavaleiros que estão degradadas, com as portas partidas ou pelo menos abertas e com um cheiro nauseabundo que não se aguenta. Assim, as pessoas não entram na instalação sanitária e, especialmente nos dias de feiras, nos dias de festas e nos fins de semana todas as pessoas aproveitam para ir fazer as suas necessidades fisiológicas cá fora ou então mesmo no D. Sancho, que é talvez até mais interessante. Muito obrigada.”-----

-Vítor Amaral, Vereador: “Boa tarde a todos e a todas. Em primeiro lugar, naturalmente reiterar aqui este assunto que foi abordado pela senhora Vereadora e que nos chegou também, sem querer discutir se houve resposta atempada, se não houve. Julgo que é uma boa oportunidade, senhor Presidente, para aqui discutirmos isso, não hoje, quando entender: se nestes casos, quando se trata de jovens, se a resposta deve ser aquela taxativa que se responde às Associações (pagar X por quilómetro e pagar as despesas). Ou se, querendo nós fixar jovens talentos na Guarda, querendo nós estimular a criatividade e, ao nível educativo também tem o seu impacto, julgo que deve ser revista essa resposta às vezes seca, técnica de que devem, no fundo por ser na mesma linha do uso dos transportes públicos que as Associações Culturais. -----

Digamos que é um alerta, é um reparo relativamente aos procedimentos, de modo a que os nossos jovens possam sentir-se apoiados pelo município, afinal de contas uma

coisa tão simples que pode perfeitamente ser tida como excepcional, dentro desse quadro. Evidentemente, não me quero pronunciar mais fica essa nota relativamente a esse assunto também.-----

Depois, um segundo assunto: outro dia, através de notícias de outros concelhos do país, suscitou-me a curiosidade relativamente a uma iniciativa que eu gostaria que fosse replicada, não é replicada, as boas práticas devem ser naturalmente replicadas quando elas têm um efeito positivo para as comunidades e falo particularmente da iniciativa Condomínio de Aldeia da Direção-Geral do Território. Eu via isso num concelho do Norte, de facto, como uma estratégia protagonizada pelas comunidades rurais. Aqui, leva-me à questão de que, seguramente o senhor Presidente terá esta visão também, não basta entregar cheque, não basta entregar e pagar as obras, é uma boa oportunidade para tornar os territórios de uma forma mais resiliente. -----

Eu tenho o site da Direção-Geral do Território aberto com a iniciativa, eu próprio tinha curiosidade e interesse, garanto, em ajudar até digo de forma aberta, mas os concursos já não estão a decorrer. Eu não tenho informação se este ano vai haver mais ou não. Vejo o mapa de Portugal com as iniciativas em decurso e é com pena que não vejo nenhuma aqui, no momento em que, lembro, nós tivemos o que tivemos com os incêndios etc. e, portanto, temos aldeias em territórios vulneráveis como aliás o aviso assim informa. Os municípios são elegíveis como destinatários, assim como as Comunidades Intermunicipais e as Associações de Desenvolvimento Local. Queria perguntar-lhe se o município da Guarda está nisto, se teve interesse, se vai concorrer a isto, como é que vê esta oportunidade de colocar em prática esta iniciativa de Condomínio de Aldeia, que envolve as comunidades de forma direta nas plantações, iniciativas que consciencializem os mais novos e que nós vemos a

acontecer noutros concelhos e eu gostava, muito, que isso pudesse acontecer aqui também no nosso concelho. -----

O último assunto, leva-me inevitavelmente ao Salão do Livro e queria dizer o seguinte: no final de dois mil e dezanove o programador da Guarda 2027, Jorge Maximino, apresentou uma primeira ideia do Salão do Livro. Desenvolvemos ideias à volta da primeira e embrionária sugestão, desenvolvemos um conceito para uma iniciativa de nível Internacional e foi assim, aliás, que constou no dossier da candidatura da Guarda 2027. Desenvolvemos esse conceito em dois mil e vinte, foi feita uma proposta final e, eu na altura aceitei e foi muito apreciada pela sua dimensão Internacional, pela sua visão e por ser um evento inovador no campo da promoção da leitura e do livro. -----

Como havia, na altura, dois projetos que o município queria lançar no âmbito da candidatura particularmente, hesitámos entre o Salão do Livro e a Caravana Literária. Depois veio o falecimento de Eduardo Lourenço e decidimos avançar com a primeira iniciativa que foi a Caravana Literária em dois mil e vinte e um, se bem se recorda. Este executivo avançou com o Salão do Livro em dois mil e vinte e três, e bem, recuperando por isso um bom projeto cultural do dossier da candidatura 2027, aliás como o senhor Presidente disse, aqui, que iam visitar os projetos e, portanto, é com agrado que vejo essa continuidade por um lado. -----

Mas, nesse ano eu vi com gosto também a afirmação da pertença, não é da pertença, as pessoas não são donas das ideias por serem criadores das ideias, é verdade, mas foi com gosto que vi que, no fundo, Jorge Maximino continuava ligado ao projeto tendo sido ele, digamos, o criador da primeira ideia como curador, foi o mais natural, pois foi o seu proponente. -----

Portanto, o executivo decidiu continuar com o Salão do Livro e bem, e, portanto, nesta segunda edição mudaram de data e, bem, até ver, para envolver o setor educativo. Eu vi com gosto as fotografias. Não pude acompanhar, estive lá apenas no último sábado e já faço uma referência a isso. O evento não deve existir para ter espetáculos, o evento tem uma missão que é criar novos leitores e nisso acho que talvez essa mudança de data tenha sido uma boa ideia. Cá ficamos a aguardar pelo balanço que gostaria de ter acesso.-----

Decidiram encaixar o evento numa tenda, porque a Guarda é fria, mesmo até na primavera, não sei se isso lhe retirou..., não vou avaliar, não vou dizer que eu faria de outra maneira, talvez até mudaria de sítio, talvez não fosse necessário contratar uma tenda. A Guarda já é muito criticada por muitas tendas que usa em todos os eventos, mas do que vi há uma clara redução do número de editoras e uma versão, na minha opinião, redutora dessa visão inicial, embora, devo dizer que a programação é, e foi estimulante e eclética e, portanto, não é nisso que me foco, porque, verdadeiramente, aquele conceito é feito por alguém que foi contratado chave na mão para o fazer, fruto dos contactos que o produtor Tito de Moraes tem. É de facto uma iniciativa que traz os contactos dele, tudo bem.-----

Lamento, por isso, terem prescindido do autor do projeto, nesta segunda edição, e terem entregue tudo ao produtor que o próprio Jorge Maximino convidou à época e que indicou na primeira edição. Por isso, queria saber quais os motivos dessa ausência? É legítimo que este executivo mude tudo, com certeza, mas eu tenho direito a perguntar. Saber qual a diferença de custos da primeira edição para a segunda edição? Julgo que é importante, embora não fosse essa a minha primeira pergunta, os custos. Sou defensor de que quando se fazem coisas com qualidade, o

investimento público deve ser virado para aí, portanto eu não entro nessa discussão, mas, já agora, quero saber. -----

Lembro o senhor Presidente que nós pedimos aqui, há mais de um ano, uma coisa simples: que é apenas saber quais os custos dos eventos anuais do município, não nos foi entregue ainda essa informação, inclua lá esta segunda edição do Salão do Livro. E saber, já agora, o interesse da continuidade ou não da Caravana Literária com o envolvimento de outros municípios, porque era esse o espírito, digamos assim, da política e da visão cultural que transportávamos ancorada no dossier da candidatura que, entretanto, foi claramente abandonada, mas isso é outra conversa. Se querem ou não continuar com a Caravana Literária ou se morreu, permita-me um desabafo sobre a minha perceção pessoal, embora às vezes não a goste de transmitir, mas tenho que a transmitir.-----

A retirada da famosa placa, da primeira edição da Caravana Literária, da parede da BMEL, senhor Presidente (que foi aqui questionada e foi aqui prometido a verificação e a reposição que, ainda não aconteceu) é o corolário de uma postura política de tentativa, porque a história não se apaga, tentativa de apagamento de marcas fortes da cultura lançadas pelo anterior executivo. Eu não estou aqui a reclamar nada, lançadas para a Guarda e pela Guarda. Relembrar, apenas, aquilo que já relembrámos, solicitámos essa lista dos custos e que ainda não nos chegou e, portanto, era essa nota e já agora inclua nisso, senhor Presidente, aquilo que vem na última ata face ao nosso questionamento em relação ao Plano Estratégico Municipal. O senhor Presidente disse e, está em ata, que algumas das medidas do Plano estavam a ser executadas, pedi um documento e uma resenha escrita para dar conta disso, fico também a aguardar, ficamos a aguardar, essa resenha escrita relativamente ao que desse Plano foi ou não aproveitado. Obrigado.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado. Senhora Vereadora, no que diz respeito àquilo que referiu sobre o Canil, de um fundo maneio próprio do Canil não é possível. O fundo de maneio é o único da Câmara Municipal e sempre que há uma necessidade, à distância de um telefonema resolve-se logo e nós validamos os documentos. Estamos a falar em coisas que custam alguns euros ou algumas dezenas de euros, não mais do que isto, porque não pode haver um fundo de maneio em cada serviço desconcentrado do município, isso não é possível e nós resolvemos isso facilmente. -----

Sobre a questão dos estrados, o senhor Vereador Rui Melo estava aqui a referir que estão até, a tentar encontrar uma outra solução que não seja só aquela de madeira que depois fica húmida e, portanto, estão a tentar encontrar uma solução para isso. Sobre o trabalho acumulado, da médica veterinária que veio recentemente para o município, com o matadouro, a médica veterinária veio em mobilidade da DGAV com a salvaguarda de poder assegurar o serviço do matadouro, porque caso contrário a DGAV não permitiria a mobilidade, função de um Protocolo que foi assinado há alguns anos atrás. Por isso, ela assumiu no início estas funções, mas tendo em conta, digamos, a reorganização que foi feita, de uma forma geral, no funcionamento do CRO, nós já contratámos, com uma avença, outra pessoa para poder, digamos, acompanhar o matadouro e libertar a médica veterinária para os outros assuntos. ---
É claro que pode, de vez em quando, ter que fazer lá uma “perninha”, permita-me a expressão, nas ausências e impedimentos, mas isto já está a ser agilizado...”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Contratando outro veterinário?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, em regime de avença.”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Em prestação de serviços?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Uma avença, uma prestação de serviços.”-----

- **Rui Melo, Vereador:** “É uma avença para um veterinário, para prestar assistência à certificação do matadouro, única e exclusivamente. Não é para fazer serviço no CRO.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “É para o matadouro.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Eu percebi.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “A questão que foi falada sobre a Fórmula 1 Schulz. Existe, tal como já foi bem referenciado, um Regulamento de Transportes que nós aplicamos escrupulosamente e, há de ter sido essa a resposta que foi dada, certamente, à pessoa em causa. Porque as escolas têm o seu *plafond* e, devem saber gerir o seu *plafond* quilométrico, função do que está plasmado no Regulamento, porque este é um projeto, absolutamente, prioritário em relação a qualquer outra viagem de estudo ou viagem de lazer, estou a falar em abstrato, não em nenhum caso concreto. Mas, nós, de acordo com a sugestão do senhor Vereador vamos analisar se, de facto, quando está em causa um projeto verdadeiramente educativo, como é o caso, nós não queremos é que de repente haja projetos educativos em fila, porque já sabemos que depois...” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Têm que ser vencedores como este foi.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, encontrar aqui um critério num verdadeiro projeto educativo, senão podemos estar aqui a abrir uma caixa de Pandora. Mas, vamos analisar, podem e devem ser analisados estes casos em concreto de uma forma muito específica. Não é agora, fazer um projeto educativo para fazer uma visita de estudo aqui, ali, além, não. Aliás, não é não, é sim, desde que o *plafond* de quilómetros das escolas o permita naturalmente, mas o que extravasa o *plafond* de quilómetros merece ser analisado e, portanto, agradecemos a sugestão sobre isso.--

Senhora Vereadora, sobre a questão dos WC públicos. Nós não sabemos se um destes dias não iremos encerrar todos, sabe porquê? A quantidade de queixas dos atos de vandalismo para a Polícia de Segurança Pública, de conspurcação dos locais públicos, conspurcação e, não digo aqui outros adjetivos, nem vos mostro fotografias, poderão levar o executivo municipal, um destes dias, a encerrar por completo os WC públicos. -----

Pelo justo paga o pecador, dirá. É verdade. Mas, aquilo que tem, sistematicamente, vindo a acontecer pode levar a essa decisão e serem abertos apenas em alturas de eventos e, não estarem abertos vinte e quatro horas por dia, porque de facto há pessoas que não são dignas daquele serviço que já existe há muitos anos e, muitas obras foram feitas ao longo destes anos. Mas, de facto, aquilo que tem vindo a acontecer particularmente no último ano, enfim, tem-se vindo a agudizar: os cenários de vandalismo, reportados à Polícia de Segurança Pública, e esta conspurcação em qualquer uma delas, seja na Rua dos Cavaleiros, seja em frente à Polícia de Segurança Pública, seja no Jardim José de Lemos, são os três WC. -----

Hoje em dia já há outras alternativas, durante o dia, até uma determinada hora naturalmente e, portanto, nós já ponderámos isso e, vamos ver o que é que nós faremos no futuro, porque já é recorrente. Não são episódios esporádicos, já é recorrente, hoje parte-se um espelho, amanhã parte-se um lavatório, depois parte-se uma sanita, partem-se as portas e poupo-vos aos pormenores daquilo que fazem. É melhor não falarmos deles. Veremos, senhora Vereadora, que decisão é que nós poderemos tomar sobre isso, mas é bom os senhores Vereadores também tomarem nota daquilo que vai acontecendo por ali que nós não fazemos desta nenhuma bandeira, ao contrário digamos assim, e que nos preocupa também. -----

Senhor Vereador, sobre a questão do Condomínio de Aldeia já passarei a palavra ao senhor Vereador Rui Melo que melhor do que eu falará sobre isso. Um assunto que foi falado, foi discutido, foi devidamente analisado sobre os prós e os contras dos Condomínios de Aldeia. -----

Sobre o Salão do Livro é um bom projeto que vai na sua segunda edição. A diferença de custos teve a ver com a tenda, nós achámos por bem colocar uma tenda e ainda bem que o fizemos, porque mesmo no período de tempo que foi o ano passado, nalguns dias à noite já estava frio. Este ano pior ainda, antecipando para ir ao encontro precisamente da comunidade educativa, para os alunos poderem frequentar só, de facto, com uma tenda. Poderá haver outras soluções no futuro, o futuro a Deus pertence, mas foi uma boa solução e ficou bem, até lhe chamámos o Palácio de Cristal que por uma semana se instalou na Alameda de Santo André. -----

Sobre a questão da Caravana Literária, ainda não conseguimos a disponibilidade do seu mentor, digamos assim, para podermos falar sobre ela, sobre a forma de continuidade e já várias tentativas houve, esperemos que tão breve quanto possível possa ser retomado o diálogo para percebermos até onde é que o projeto poderá ir, sem qualquer tabu nessa matéria.-----

Sobre a questão da placa, se bem se recorda foi pedida uma fotografia da placa para a podermos repor, porque de uma forma que ninguém sabe explicar, a placa saiu de lá, ninguém sabe explicar isso. Vejam se conseguem encontrar uma fotografia ou então façam uma coisa, digam os dizeres que tinha a placa...” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Senhor Presidente, desculpe. Quer dizer o arquivo do município e os fotógrafos têm o arquivo disso. Senhora Vice-Presidente basta lembrar, as pessoas da biblioteca sabem, agora nós não sabemos se foi naturalmente retirada por pessoas externas, etc. etc....” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Queira querer senhor Vereador que não há aqui nenhuma atitude persecutória. Placas é o que há mais na cidade e ainda bem que ali estão, porque fazem história.” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Tinha os nomes dos Presidentes de Câmara da época, primeira Caravana Literária, Guarda 2021. Era uma placa pequena que sinalizou isso.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Façam-nos chegar os dizeres, digamos, o texto da placa.” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Mas a questão substantiva não é essa, eu só peguei nesse exemplo, para mim é indiferente, para o Presidente da altura, Carlos Monteiro, será indiferente. Ninguém de nós está aqui para ter estátuas, nem placas, eu pelo menos não estou. Agora, é só um sinal, quer dizer tiraram a placa, quem a tirou? Porquê? É para apagar? O quê? É só isso, senhor Presidente.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “O desaparecimento da placa não tem nada a ver com nenhum de nós os três, nem com a senhora Vereadora que estava antes. Tínhamos mais o que fazer que agora andar...” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Talvez não tenha sido a sua primeira decisão quando chegou ao governo do município: retire-se a placa, não a quero lá, por causa do logotipo.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Isso fazia-nos lembrar outros tempos, há cinquenta anos atrás e já todos nós falámos muito sobre isso. Aliás, a quantidade de placas que há na cidade, no concelho, de todos os Presidentes de Câmara que passaram ao longo destes cinquenta anos do 25 de Abril, é bom que elas estejam lá para percebermos, precisamente, o que é que é a democracia.” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Mais importante do que a colocação de uma placa é aquilo que o senhor acabou de dizer, e fico a aguardar, que é de facto o projeto: se há vontade, se há condições. Pelo que percebi estão a aguardar que o próprio curador atenda o telefone ou que o chamem, mas não me disse porque é que ele não foi curador desta segunda edição do Salão do Livro.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhor Vereador, nós fizemos um concurso para que, chave na mão, as coisas pudessem ser feitas, foi assim que fizemos, para nos libertar também, digamos, de outros custos, enfim, tudo isso. -----
Ia dizer alguma coisa senhora Vereadora?”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “A propósito de placas, dizer que ainda não está reposta aquela de Eduardo Lourenço no Jardim José de Lemos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Está lá, na lateral.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “A pequenina?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Está na lateral, é perfeitamente discreta, muito discreta.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Discreta demais. Eu vi, mas pensei: não deve ser isto.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Mesmo de uma forma muito discreta e penso que já lá esteja o *QR Code*.”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Se é aquela que eu vejo, na lateral, é pequenina demais.” -----

- **Rui Melo, Vereador:** “Sobre os Condomínios de Aldeia, de facto foi uma medida em que a Câmara se podia ter candidatado, mas sempre como beneficiário final e temos de ter uma entidade parceira, um Conselho Diretivo de Baldios, uma Associação de Produtores, o que quer que seja, que assumisse a responsabilidade da

gestão desse projeto. Lançámos o desafio à Acriguarda, que não aceitou. Não aceitou, com um argumento que me parece válido. A grande percentagem do investimento nestes projetos de Condomínio de Aldeia é a reconversão dos espaços à volta das aldeias em espaços de matos, em espaços com culturas permanentes (olivais, castiçais, soutos de castanheiros, o que quer fosse). -----

E, a questão que se colocava pela Acriguarda, eu próprio também a coloquei a mim mesmo, era se alguém estaria disposto a assumir os riscos de uma candidatura de transformação de uma paisagem, cuja responsabilidade não recaísse sobre a própria Associação de Produtores, recaía sobre o proprietário. A Acriguarda não conseguiu, mesmo com a Junta de Freguesia de Videmonte, que foi uma das freguesias que nós avançámos que poderia ter algum interesse da reconversão nos terrenos que estão à volta, que os proprietários dos terrenos estivessem disponíveis para reconversão dos terrenos e posterior trato, porque não é só plantar é preciso depois acompanhar, cuidar, cultivar. Portanto, não houve disponibilidade nem da Acriguarda, na altura, nem nos contactos que fizemos com a Junta de Freguesia em avançar com essa candidatura. Porque, de facto, talvez o cortar o mato fosse o mais simples, mas além da dispersão de proprietários que havia à volta da freguesia, era garantir que esses proprietários depois de reconverter continuariam a manter no futuro. E, portanto, perante as condições do aviso não houve ninguém que estivesse disponível para avançar com a candidatura.” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Obrigado pelo esclarecimento, senhor Vereador. Enfim, foi contactada a Acriguarda, eu agora desconheço, não é a minha área, mas não há outras Associações ou não haveria outras entidades que pudessem assumir isto ou outras Juntas de Freguesia, tendo em conta que houve e há aldeias que foram afetadas pelos incêndios e que poderia haver outro tipo de envolvimento?”-----

- **Rui Melo, Vereador:** “Eu julgo que o Conselho Diretivo dos Baldios de Valhelhas avançou com uma candidatura de Condomínios de Aldeia, pelo menos nós demos o parecer positivo, mas Valhelhas tem muitos baldios em redor da freguesia e, portanto, havia terrenos que, de facto, eles podiam reconverter, eles como proprietários, à volta da aldeia. Mas, as condições que o aviso impõe são muito limitativas, porque normalmente à volta das aldeias aquilo que existe são propriedades particulares, normalmente até são os terrenos mais valiosos, não só para a construção, mas também as hortas, os minifúndios e, portanto, são as zonas com mais dificuldade de intervir do ponto de vista de reconversão cultural.” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Sim, embora o aviso até fale em jardins ricos em biodiversidade, ou seja, pareceu-me que poderia ser aberto a uma diversidade maior do que apenas o olival. Já agora, tem ideia qual era o apoio deste, que eu acabei por não ver. 50 mil, não era?” -----

- **Rui Melo, Vereador:** “Julgo que andava à volta de 80%. Até era aliciante, mas tinha sempre de ter uma percentagem muito significativa na reconversão. A Junta de Freguesia de Videmonte até manifestou interesse em entrar, até para compra de equipamentos para depois fazer a manutenção dos terrenos em volta da aldeia, só que isso aí tinha de ser sempre uma parte menos significativa do investimento, julgo que o aviso impunha, não estou certo, que cerca de 80% do investimento tinha que ser em reconversão e colocava-se a questão da titularidade e da vontade dos proprietários em querer continuar, no futuro, com a manutenção daqueles espaços reconvertidos. Porque depois, as fiscalizações vêm e as pessoas tinham de plantar e tratar.” -----

- **Vítor Amaral, Vereador:** “Obrigado.” -----

– Conta Final Referente à Empreitada: “Requalificação do Mercado Municipal de S. Miguel”. -----

ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Proposta de Nomeação do Conselho de Administração - APAL - Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados de Água e Saneamento de Celorico da Beira, Guarda, Manteigas e Sabugal. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 782/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que: -----

1. Se encontram reunidas as condições para a nomeação de um novo Conselho de Administração da APAL-SIM; -----
2. Nos termos do n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual, “os membros do Conselho de Administração são nomeados pela Câmara Municipal, podendo ser exonerados a todo o tempo”; -----
3. A nomeação do Conselho de Administração da APAL-SIM traduz o exercício de uma competência plural conjunta, pelo que se exige deliberações de teor idêntico oriundas de todas as Câmaras Municipais dos municípios integrantes, por remissão do n.º 5 do Artigo 8.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual; ----
4. Perante o exposto, foi aprovado, por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Sérgio Fernando da Silva Costa, bem como dos restantes Presidentes das Câmaras Municipais integrantes dos APAL, em 23 de maio de 2024, nomear, com efeitos a 1 de maio de 2024, o seguinte Conselho de Administração:
- Sérgio Fernando da Silva Costa, Presidente da Câmara Municipal da Guarda, como Presidente do Conselho de Administração; -----

- Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Cartão de Cidadão n.º 110999323 0 ZX0, como Vogal do Conselho de Administração, a tempo inteiro, em regime de exclusividade, e; -----

- Renato Alexandre da Silva Craveiro, Cartão de Cidadão n.º 10116672 9 ZX8, como Vogal do Conselho de Administração, a tempo inteiro, em regime de exclusividade;

5. Por forma a iniciar imediatamente o desenvolvimento das ações tendentes ao início da vigência dos serviços da APAL, tornava-se necessário nomear novo Conselho de Administração, com efeitos a 1 de maio de 2024. -----

6. A delegação do poder de nomeação do Presidente do Conselho de Administração no respetivo Presidente do Município, somente e apenas durante o período de vigência do Protocolo de Colaboração, em regime de rotatividade, sendo que apenas Presidentes dos Municípios integrantes da APAL-SIM podem ser nomeados Presidentes do Conselho de Administração, mantendo-se os Vogais supra propostos. Nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, atendendo às circunstâncias excecionais, considerando a urgência da decisão, e não sendo possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, pode o presidente praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.-----

Tenho a honra de submeter à Câmara Municipal, no sentido de deliberar, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua atual redação, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara do Guarda, por despacho datado de 23 de maio de 2024, no sentido de, ao abrigo das atribuições previstas nas alíneas k) e p) do n.º 2 do artigo 23.º, e no uso das competências lhe são conferidas pelos n.ºs 1 e 2, ambos do artigo 12.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto,

bem como pela alínea pp) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua atual redação, nomear o Conselho de Administração vertido no n.º 4 do presente articulado.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Começando pelo ponto um. O trabalho de arranque tem vindo a ser feito pelos consultores, essencialmente, e com a análise, a ponderação e as decisões dos quatro Presidentes de Câmara que estão, absolutamente, em uníssono. Aliás, nós quando temos alguma dúvida, alguma divergência, reunimos e falamos para dirimir, naturalmente, é mesmo assim que as coisas devem ser feitas. Mas, chegamos a um ponto que, de facto, este processo tem que arrancar a todo o gás para que não seja colocado em causa nenhum dos serviços dos quatro municípios e, por isso, os autarcas tomaram esta decisão. -----

Mesmo assim, para além disto que eu estou a referir, se for entendimento dos senhores Vereadores terem aqui mais algum esclarecimento, dito mais técnico, se for preciso temos aí o consultor a trabalhar, rapidamente chega aqui e tira algumas dúvidas sobre o processo, digamos, o que já aconteceu e o que tem que acontecer no mais curto espaço de tempo. Até porque temos que nos preparar para o futuro, porque o quadro comunitário, o PT 2030, já está aí e temos que nos preparar para ele, digamos assim. Apesar das verbas nunca serem suficientes e, as que nós todos almejamos, mas temos que começar a trabalhar para tudo isso, já de uma forma integrada, digamos, entre os quatro municípios. -----

Tal como nós referimos, a decisão dos quatro Presidentes, digamos do Conselho da Parceria, chamemos-lhe assim, ainda que informal, é que irá começar a funcionar em primeiro lugar na Guarda, porque é o município maior, o que tem mais serviços, o que tem mais recursos humanos afetos ao sistema. Depois, assim que a Guarda

estiver em funcionamento dito pleno, que as coisas já estão a funcionar *per si* (que se pretende que seja num curtíssimo espaço de tempo, claro que não é numa semana, nem em duas e não será num mês, certamente), mas está fidelizado, está a funcionar, passa imediatamente a seguir para a integração de outro município, sendo que cada um dos Presidentes acompanhará a integração do seu município no sistema. -----

Ao mesmo tempo que estão sempre duas pessoas a tempo inteiro, dedicadas a 100% para acompanharem todos os restantes procedimentos que têm que ser acompanhados no dia a dia, têm funções efetivamente executivas, são técnicos, digamos assim, que é essa a sua função. Isto para além dos técnicos, dos corpos dirigentes, que depois se irão seguir, certamente, ao longo do tempo nessa entidade. Se entenderem que devemos chamar aqui o consultor para alguma questão, façam favor, que num ou dois minutos, ele desloca-se aqui à sala. Alguma questão que queiram colocar?”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Várias.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Acha pertinente que o consultor venha cá para esclarecer ou não?”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Não, não é preciso. Daquilo que eu quero dizer não. Ora bem, “três enormidades” que eu vou dizer, a primeira é que “o que torto nasce, tarde ou nunca se endireita”. A segunda é que relativamente ao senhor Presidente da Câmara e à sua competência técnica no que diz respeito a águas e a outras atividades há dois ou três gestos feitos enquanto o senhor era Vereador que eu muito prezo, muito estimo e que sempre me lembro e, portanto, tudo aquilo que eu aqui disser não questiona minimamente, não tem nada a ver com a sua pessoa, com a sua qualidade e com a sua graduação enquanto profissional.-----

E, depois, citando o nosso querido e falecido Primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo, uma coisa que me chateia é que me pressionem. Quando hoje, ao fim da manhã, tive conhecimento de que havia uma conferência de imprensa feita pelos quatro Presidentes de Câmara implicados nas Águas Públicas em Altitude para darem a conhecer aos cidadãos decisões, quando ainda não tinham passado ou se já tinham passado tinham voltado para trás, da reunião da Vereação, eu fiquei profundamente incomodada, porque lá está é uma coisa que me chateia é que me pressionem. -----

Então, quero dizer o seguinte: o que torto nasce, tarde ou nunca se endireita. Este Conselho de Administração das Águas Públicas em Altitude começou muito singelamente com uma coisa que se percebeu muito rapidamente que os quatro Presidentes de Câmara iam para arrancar as atividades, iam ser eles os primeiros elementos do Conselho de Administração e que, a todo momento, podiam ser exonerados, fazia parte dos termos dessa exposição. Muito bem, passados uns dias e talvez uma ou duas reuniões depois, aparece um Conselho de Administração constituído pelo senhor Presidente da Junta da Arrifana, que eu sei exatamente quem é e sabia na altura, mas não o conhecia pelo nome de António Fernandes, que não iria assumir a tempo inteiro, mais a Dra. Susana Dias Figueiredo e o Dr. Renato Craveiro. -----

Teoricamente eu não conhecia nenhum deles e não conhecia nenhum deles, de facto. E, entendo que para qualquer local, para qualquer cargo público, é fundamental haver um currículo para saber quem são e o que fazem. A minha vida foi toda assim, fiz dezenas de currículos na minha vida para o que quer que fosse e, portanto, toda a vida lidei com currículos para nós estarmos à vontade face àquilo que aparece. ----

O ponto foi retirado, porque na nossa conversa, como aliás foi dito e está gravado, entendemos que era fundamental aparecer o currículo dos três elementos que fariam parte desse Conselho de Administração. Além disso também questionámos, na altura, como é que o Presidente do Conselho de Administração não ficaria em dedicação exclusiva, mas de qualquer maneira estava a tempo inteiro. Até podíamos não entrar por aí que era talvez de todos, o assunto menos grave, digamos assim. -- De repente aparece-nos, antes de qualquer votação, aparece-nos uma outra proposta de constituição do Conselho de Administração no qual o primeiro é o senhor Presidente da Câmara e depois mantinha-se a Dra. Susana e o Dr. Renato Craveiro como vogais em exclusividade que estarão a trabalhar ou que estão a trabalhar, desde o dia um de maio, a tempo inteiro e com dedicação exclusiva, a tomar conta, digamos, do que diz respeito a esta situação. -----

Mas, de repente desaparece do nosso horizonte o senhor António Fernandes. E, está aqui dito que ele escreveu uma carta e que a carta viria aqui para nós sabermos porque é que ele se foi embora, desistiu e não quis continuar, mas essa carta não nos foi cedida. Ficamos sem saber porque é que ele se foi embora. Tenho toda a consideração pelo senhor António Fernandes, mas de facto não sei porque é que ele desapareceu e porque é que, de repente, aparece aqui o senhor Presidente da Câmara da Guarda.-----

No que diz respeito à nomeação do senhor Engenheiro Sérgio Costa para Presidente do Conselho de Administração da APAL, aquilo que me parece e, haja os esclarecimentos que houver, não me parece que seja prescindível aquilo que eu vou dizer, o senhor Presidente da Câmara tem três (o senhor Presidente e mais dois Vereadores) que constituem o executivo de uma Câmara de sete Vereadores, o que constitui um trabalho que a ser levado a sério, e é seguramente, lhe deve ocupar vinte

e quatro horas por dia. Sendo certo que a gestão das Águas em Altitude deve levar também o tempo completo de duas pessoas, em exclusividade, e mais outro a tempo completo, não me parece, tenho a certeza, que o senhor Presidente da Câmara por mais competente, por mais importante e por mais dedicado que seja, não me parece que seja a pessoa que vá..., nem o senhor Presidente da Câmara da Guarda, que ainda por cima é o maior e, provavelmente, nem a dos outros municípios, mas o da Guarda por maioria de razão. -----

E, portanto, também não se percebe porque é que inicialmente havia uma estratégia que era colocar alguém de fora para vir resolver o problema do Conselho de Administração das águas e, de repente, aparecem os quatro presidentes da Câmara, rotativamente, a tomarem conta do Conselho de Administração da APAL. Ora bem, modificou-se a filosofia, modificaram-se os estatutos, modificou-se o quê? O que é que aconteceu com o anterior citado António Fernandes? -----

Isto parece-me que há aqui uma grande baralhada, há aqui uma série de acontecimentos que não abonam nada de simpático, nem de credível, para uma empresa desta dimensão e desta importância para estes concelhos, portanto volto ao princípio: o que torto nasce tarde ou nunca se endireita. Proponho que comecemos do princípio a tratar disto com seriedade, a explicar ponto por ponto o que é que se passou aqui e porque é que chegámos a este ponto.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora, eu já esclareço essas questões todas, mas antes disso ouvir também os senhores Vereadores acerca deste assunto.”

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Sobre esta matéria pensamos que não haveria tanto para dizer, mas os factos que se sucederam desde a última reunião de Câmara evidenciam bem o nível de ação política que, se calhar, também pessoas externas a esta Câmara pretendem que se tenha na Guarda. Porque quatro Vereadores

perguntarem: eu próprio até disse que conhecia um deles e os outros dois não os conhecia, a senhora Vereadora do Partido Socialista já disse que não conhecia nenhum e, pedir currículos? Senhor Presidente, aqui já há uma declaração de interesses. Eu ouvi o líder da sua bancada na rádio e tenho que o reafirmar, diz: são todos amigos e como tal nem precisamos de currículos. Isto é coisa que não se pode dizer, principalmente para quem tem responsabilidades políticas. -----

Eu até conheço, reitero, um deles e os outros dois não os conheço, mas não é por isso que é ilegítimo ou não cai na alçada da ação política dos Vereadores pedir um currículo e mais informação para saber se as funções e aquilo que são as competências são adequadas ou não. Até poderíamos considerar que são medianamente adequadas e aprovar ou chumbar, mas a verdade é que ninguém seguiu a lógica da ação política, principalmente da ação política da oposição. No que toca ao Partido Social Democrata foram duas questões muito concretas: saber mais sobre os candidatos, qualquer um deles, pese embora, eu pessoalmente conheça um, reitero, nada contra a pessoa, mas já que se pedem para mais dois que não se conhece, porque não também pedir ao terceiro, mas nem foi essa a distinção que se fez, pois falámos num outro aspeto que foi a exclusividade.-----

Nós não entendemos como é que uma empresa que vai iniciar, eu diria na área quase da CIM, eventualmente sei que há outros subsistemas a funcionar na água, mas concretamente é um projeto pioneiro aqui na nossa região, necessita de um empenho maior e, por isso, a entrega deve ser total. Portanto, esse era um óbice que nós até entendemos que se poderia colocar ao primeiro elemento que seria a pessoa indicada para Presidente.-----

De seguida, nós somos surpreendidos com esta proposta de que agora é o Presidente da Câmara da Guarda o Presidente da APAL. Senhor Presidente, mas isto é um

processo que anda ao sabor do vento ou é um processo que está devidamente calculado, planeado para nós podermos, tranquilamente, debater politicamente? Sem tabus, sem amuos, como o líder do seu movimento político, porque aqui não há nada, nem ninguém contra ninguém. Nós estamos aqui a cumprir um papel que é o da oposição, o senhor tem que cumprir o seu papel de governação. Portanto, colocar nos termos em que hoje aqui, nós voltamos a debater este tema, mas cujos pressupostos de discussão foram completamente alterados pela proposta que aqui é apresentada, mas também adulterados com esses amuos, com esses preconceitos lá fora, designadamente por pessoas com responsabilidade política, de facto, eu não queria concordar com a senhora Vereadora do Partido Socialista, com todo o respeito pelo seu trabalho no pós 25 de Abril, mas já que o recordou, de facto as pressões... Nós não chegámos ainda a esse ponto, mas a verdade é que não entendemos o contexto desta última conferência de imprensa, foi para reforçar os poderes do senhor Presidente e que tem essa competência para exercer o cargo?-----

Mas, isso é algum recado que os Presidentes de Câmara, que estão envolvidos neste projeto querem dar aos Vereadores da oposição da Câmara Municipal da Guarda?

Não queremos entender que seja assim, mas na verdade senhor Presidente, o grupo dos Vereadores do PSD dá aqui uma oportunidade que é a seguinte: não entendemos essa mudança, não compreendemos os fundamentos para que por uma pergunta que é: qual é o currículo, o primeiro tenha desistido, não percebemos, nem há suficiência de factos que permitam justificar esta atitude e conseqüentemente esta proposta.

Mas, senhor Presidente, nós não poderemos votar a favor esta proposta, porque consideramos que para liderar este processo e, não tem nada a ver consigo, nem tem a ver com as questões pessoais. Até podíamos ter, mas garanto-lhe que aqui não tem nada a ver com questões pessoais. Tem a ver, efetivamente, com questões objetivas

e pelo seguimento que foi dado a este procedimento, que não entendemos, dentro daquilo que é a esfera de liberdade de ação política, que se trate este processo da forma como se tratou. -----

E, portanto, como não concordamos pela forma como foi tratado, mas considerando que é fundamental que, quem for Presidente deste sistema esteja a tempo exclusivo, nós entendemos que o senhor não está em condições, reforço: é Presidente da Câmara, tem dois Vereadores, o senhor já algumas vezes aqui referiu que muitas vezes não consegue..., quer dizer é uma equipa mais pequena e, portanto, não entendemos como é que ainda vai agora relançar ou vai lançar uma atividade nova com as responsabilidades que já tem.-----

E, por fim, gostaria, ainda que este assunto possa não ficar hoje resolvido, não sei. O nosso sentido de voto não é favorável à proposta que aqui está apresentada, mas deixava-lhe três questões: na hipótese, mantendo esta proposta, o senhor volta a ser remunerado pelo valor que a pessoa indicada como Presidente teria? Uma remuneração que equivale mais ou menos 80%, há uma complementaridade da remuneração? E, também, as pessoas que ainda não foram aprovadas por esta Câmara, mas consta-me que já estão a trabalhar aqui no projeto da APAL, mas estão a trabalhar em que condições? São pagos pela Câmara? Que tipo de contrato têm? E, depois, para trabalhar para a Câmara ou trabalhar já para o futuro sistema de águas? Quer dizer, estamos aqui a votar algo que já está concretizado.-----

Eu julgo que para bem da democracia e da transparência dos processos, estas pessoas só fossem, efetivamente, contratadas a partir do momento em que há legitimidade para tal. E, a Câmara até hoje, por isso temos aqui esta proposta e, estamos a discutir os três elementos da APAL. Quanto sei, dois deles estão a trabalhar na Câmara, a que título? Em que condições? Com que contrato? Já é ou não é para a APAL?

Portanto, também gostaríamos de ver respondidas, pelo senhor Presidente, estas duas matérias.-----

Depois analisámos os currículos das duas pessoas que estão propostas, sem saber as razões porque é que o primeiro se excluiu ou auto excluiu, não sei. Analisámos os currículos e, eu nem sei porque é que o último não está em primeiro, porque de facto fez toda a vida nas águas. A segunda também tem experiência e evidentemente não precisa saber de águas, mas precisa de saber de gestão, também estará dentro daquilo que é a nossa visão, preencherá minimamente os requisitos que esta entidade exige. Portanto, perante estas circunstâncias, alteradas, voltadas a alterar e depois com entendimento dos próprios protagonistas do processo, designadamente hoje, que eu nem sei do teor total e absoluto da conferência de imprensa, nem qual foi o objetivo que se pretendeu com essa conferência de imprensa, mas dizer que em conclusão, nós nunca pusemos em causa, aliás votámos todos a favor, pelo menos o Partido Social Democrata, do sistema de águas.-----

Perguntar pelos currículos não ofende ninguém, que eu saiba. Eu penso que num estado de direito democrático, em que a liberdade política e a legitimidade dos Vereadores o fazerem é total. Portanto, é incompreensível a forma como tal foi conduzido até este momento, e consideramos que a proposta agora apresentada não resolve, cabalmente, aquilo que nós entendemos que deve ser prosseguido neste objetivo fundamental de criar uma nova entidade para a gestão das águas. Obrigado.”

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Então vamos lá esclarecer as coisas cabalmente. Começando pela conferência de imprensa, os quatro Presidentes de Câmara tomaram a decisão de convocar uma conferência de imprensa depois de termos visto que, em alguma comunicação social, já andava o assunto a ser falado, nomeadamente o conteúdo desta proposta que estamos agora a discutir. E, quando nós demos conta

que isso aconteceu, decidimos que tínhamos que esclarecer já a opinião pública, porque não há aqui arcas encoiradas, não existe nada disso. E, portanto, nós vimonos obrigados, os quatro Presidentes de Câmara, a esclarecer de imediato a opinião pública sobre aquilo que estava a acontecer, para que ninguém ficasse com dúvidas, nem da parte dos senhores Vereadores e muito menos da opinião pública, quando nós detetámos que isso estava a acontecer, coisa que não devia ter acontecido.-----

Sobre o conteúdo da carta. Naturalmente é justo eu dizer aqui, neste órgão, o que é que diz a carta. Se me permitem, são dois ou três minutos, eu passarei a ler a carta:

“Exmo. Senhor Presidente Câmara Municipal da Guarda-----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal do Sabugal -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira-----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Manteigas -----

Depois de uma séria reflexão pessoal, profissional e política, decidi aceitar o convite de V. Exas., que muito me honrou, para presidir ao Conselho de Administração APAL - Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados dos Municípios de Celorico da Beira, Guarda, Sabugal e Manteigas.-----

Reflexão pessoal, porque sempre me empenhei no desenvolvimento da nossa terra e no bem-estar das nossas gentes. Exemplo disso, tem sido a participação e liderança voluntária, altruísta, em vários projetos associativos com destaque para a solidariedade social. -----

Reflexão profissional, porque felizmente tenho vida profissional permanente e ativa há mais de 26 anos e nunca procurei através da política qualquer outro "lugar" para "mudar de vida". O exemplo disso é que nunca desempenhei qualquer cargo de nomeação política. -----

Reflexão política, porque sendo honrosamente Presidente de Junta de Freguesia, eleito como independente, isso me dava a equidistância e ao mesmo tempo a experiência para aprofundar o diálogo que se exige na implementação deste projeto intermunicipal. -----

Verifico, no entanto, que infelizmente a discussão em torno da querela política se sobrepõe à capacidade das pessoas e ao desenvolvimento da nossa terra, discussão essa, da qual e para a qual, sinceramente, não estou disponível para participar e que lamento profundamente. -----

É por isso, Senhores Presidentes, mas também tendo igualmente em conta a minha dignidade pessoal, profissional e política, que solicito que se retire o meu nome para integrar o já referido Conselho de Administração APAL - Águas Públicas em Altitude, Serviços Intermunicipalizados dos Municípios de Celorico da Beira, Guarda, Sabugal e Manteigas. -----

Resta-me, agradecer o convite e a confiança em mim depositada por Vossas Excelências, que muito me honrou.”-----

Esta foi uma carta que nós recebemos, depois de a pessoa em causa ter lido aquilo que leu em alguma comunicação social. Portanto, o que os senhores disseram aqui nesta reunião de Câmara foi, de uma forma legítima, aliás isso é que me vou retirar o ponto: queremos ver os currículos. Muito bem, no todo ou em parte e, por isso, foi retirado do ponto e naturalmente nós acrescentámos os currículos. Mas, perante aquilo que foi plasmado em alguma comunicação social, não sei que tipo de declarações é que terão feito depois, desconheço em absoluto que eu não estava presente, o Engenheiro António Fernandes tomou a decisão de pedir para retirar o seu nome deste processo. -----

Os autarcas depois falaram, preocupados com esta situação, naturalmente, e não há plano B, porque um processo destes que foi maturado ao longo de meses, não é agora da noite para o dia que de repente se tira um coelho novo da cartola, as coisas não são assim. Há coisas que já estão decididas entre nós, para as coisas poderem andar e, por isso, não há qualquer plano B e, com o esforço de sacrifício e de missão de cada um dos autarcas, cada um vai estar algum tempo à frente do SMAS, o tempo necessário para os serviços do seu município estarem integrados na APAL. No final, vai ter que se tomar outra decisão. Quando os quatro municípios estiverem todos integrados no sistema, findo esse tempo, daqui a alguns meses, esperemos que não sejam muitos, vamos ter que tomar uma decisão definitiva, aí vai ter que acontecer, mas neste momento é uma altura de transição. Agora, será a Guarda durante dois ou três meses e a seguir será outro município, será o município que a seguir irá fazer a integração do seu serviço, digamos, na APAL. -----

Eu devo recordar, aqui também, como é que isto funcionava antes, quando havia SMAS. Era eu o Presidente, durante quatro anos, é a experiência que carrego de SMAS não é outra, eu era Presidente, o senhor Vereador Vítor Amaral era vogal, a senhora Vereadora Lucília Pina Monteiro ainda foi vogal no final, nas últimas reuniões, no final do ano de dois mil e dezassete, já estava a terminar. -----

Não ganhávamos nem mais um cêntimo com isso, só tirávamos mais tempo para isso e as coisas funcionavam. Funcionaram nesse tempo e funcionaram no tempo anterior, em dezanove anos de existência do SMAS, onde variadíssimas vezes o Presidente da Câmara, só em dois mil e treze e dois mil e dezassete é que o Presidente do SMAS não foi Presidente da Câmara. Não sei se houve outra altura ou não, mas nesta particularmente não foi. E, por isso, as coisas sempre funcionaram, porquê?

Porque há um corpo técnico, porque há cargos dirigentes, para as coisas poderem funcionar, tal como funciona hoje.-----

O SMAS, o APAL da Guarda hoje funciona aqui na Câmara e, funciona. Aquilo que nós queremos é que seja especializado, de acordo com aquilo que nós já todos falámos e que agradecemos muito a vossa aprovação, naturalmente, tal como nas outras câmaras e nas outras assembleias, para tornarmos o serviço mais eficiente e mais eficaz e o prepararmos para o futuro que é aquilo que todos nós temos que fazer. Por isso, com esta decisão, dos quatro autarcas, para que de uma forma transitória, para dar início, o impulso, a este processo e que cada Presidente de Câmara possa assumir a Presidência e acompanhar ao mesmo tempo a integração do seu município no serviço. Porque aquilo que está a acontecer é que o comboio já começou a andar e tem uma locomotiva e aquilo que se pretende, aliás, eu ainda sou o Presidente do Conselho de Administração da APAL, de acordo com aquela nomeação que fizemos aqui há umas semanas atrás e, portanto, é que o comboio comece a acelerar e a certa altura a locomotiva vai mudar, porque vai entrar outra locomotiva para quê? Para que os serviços possam ser todos fundidos, internalizados precisamente na APAL, para as coisas poderem funcionar, como se pretende.-----

Senhor Vereador, sobre declarações de outras pessoas, eu não falo por elas. Se entender, depois, pode confrontar a pessoa em causa com as declarações, que só as vinculam a ela e, naturalmente, quando estão em causa algumas declarações particulares de cada um, é com eles que se deve falar, dialogar. Cada um deve, efetivamente, assumir aquilo que diz, digamos assim.-----

Voltar a frisar aquilo que eu já fui referindo, a questão dos currículos, agradecer as suas palavras senhora Vereadora, claro que o meu currículo nessa área e noutras, seja

bom seja mau, fala por si naturalmente, a experiência que carrego nesta matéria tal como outras pessoas carregam outro tipo de experiências naturalmente. -----

Mas, nós, os autarcas, tomámos esta decisão, precisamente, para que as coisas possam ter o ritmo necessário. Neste momento, aquilo que vai acontecer nos próximos meses, da integração, não é grande revolução nos serviços, não. É colocar simplesmente a nova entidade com os serviços de cada município a funcionar, aqueles que transitarem, o desafio é este, tão só e simplesmente. Então, mas agora as ruturas vão deixar de ser arrançadas? As obras que estão em curso vão parar? Não de todo. Tudo isso vai continuar, agora vai continuar sobre uma nova batuta e, por isso, é que nós propusemos isto. No caso da Guarda serão dois, três meses. -----

Senhor Vereadora, com esforço e com sacrifício pessoal, mas isso é um problema que é meu, naturalmente vou ter que encontrar aqui alguma forma, algum tempo sobrança, porque eu já fazia, e em conversas com o senhor Vereador, já fazemos a gestão, era assim que era feito, porque os serviços, no seu dia a dia, são perfeitamente autónomos. É claro que há decisões de gestão que têm que ser tomadas. -----

Nós tomámos esta decisão e propusemos à Câmara, digamos, esta rotatividade aliás, posso-vos dizer que na Câmara do Sabugal a outra proposta já tinha sido aprovada, mas função daquilo que aconteceu na Câmara da Guarda, naturalmente vão ter que tomar outra decisão e com o sentido de responsabilidade nós assumimos isto, os quatro autarcas, porque consideramos que é um projeto absolutamente estruturante para este setor. -----

Senhor Vereador, sobre as outras questões que aqui referiu, os trabalhadores. Nós fizemos um despacho, os quatro Presidentes de Câmara, com efeitos a um de maio e esses dois trabalhadores, as pessoas em causa, estão num regime de cedência por interesse público desde o dia um de maio, para irem para a APAL. A Câmara é um

veículo para irem para a APAL, aliás, é exatamente o processo que foi feito na Câmara de Castelo Branco que é do Partido Socialista. O processo é exatamente igual aliás, posso dizer que não foi copiado, mas foi inspirado, é similar e outras câmaras do país o fazem em outros serviços. Portanto, foi cooptar essas pessoas com uma cedência de interesse público e, por isso, fizemos um despacho com data de um de maio. -----

Quando refere a remuneração, como sabem a Lei não prevê que os Presidentes de Câmara e os Vereadores acumulem um cêntimo de vencimento do que quer que seja, por isso é trabalho *pro bono*, não há qualquer remuneração para que conste e fique em ata, nem na Guarda nem no Sabugal, nem em Celorico da Beira, nem em Manteigas, a Lei não prevê. Noutros tempos isso era previsto, há dez, vinte anos atrás, enfim, não sei, mas para que conste não há qualquer remuneração adicional. É mesmo trabalhar *pro bono*, trabalho redobrado, sem ser remunerado como tal, mas isso é um problema que é nosso e fomos nós que tomámos essa decisão. -----

Por isso, é que nós pedimos que vocês possam fazer a aprovação deste ponto para que este processo possa ter sequência, possamos dar seguimento, para efetivamente durante os próximos meses, o ideal era que até ao final do ano tudo estivesse integrado. Vamos ver se é possível, não sei se é possível até ao final do ano, porque há sempre vicissitudes concelho a concelho. A Guarda trabalha de uma forma, mas os outros concelhos já trabalharão de uma forma diferente. Como digo, a Guarda é a primeira a ser integrada, digamos, o serviço está num lado e passa a estar noutro e as coisas continuam a funcionar exatamente da mesma forma, porque as otimizações irão ser feitas quando estiver tudo a funcionar. Por isso, é que as duas pessoas que ficam a tempo inteiro terão essa responsabilidade diária de fazer essa gestão, essa reorganização e depois, nas reuniões do Conselho de Administração, enfim, com a

experiência que cada um carrega, poder-se tomar as decisões. No final das integrações, aí vamos ter que tomar outra decisão, porque para trabalharmos para o futuro, com um planeamento com absoluta dedicação, outras decisões, no futuro, vão ter que ser tomadas obrigatoriamente.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Se me permite, senhor Presidente, relativamente à questão, sim, é verdade. As duas pessoas que vieram trabalhar para a Câmara, ainda não têm esta função, têm outra função, estão a receber por outra função que não esta de direção do Conselho de Administração.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Vieram, por interesse público, para virem para a Administração da APAL.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Só que ainda não estão a exercer, porque ainda não foram designados, certo?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Nós, autarcas, tomámos, digamos, a decisão do despacho que preferimos de cooptar as duas pessoas em causa. Ainda não se colocou em causa a questão do recebimento, não é?”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Mas vai estar?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim, claro que sim, mas ainda não está em causa a questão do vencimento. Mas, as pessoas já têm estado a trabalhar precisamente com o despacho que os autarcas fizeram com data de um de maio, com aquele primeiro despacho. Agora, com este segundo despacho, retroagindo precisamente a um de maio, para salvaguardar todas as questões e, assumindo naturalmente a partir de agora, mas com os efeitos retroativos que estão mencionados na proposta, retroagir sempre a um de maio para dar respaldo a tudo isto e podermos dar seguimento a todo este processo que urge, efetivamente, ter início.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Por fim, a segunda questão é esta: nós temos esta preocupação da exclusividade, há um elemento que vimos aqui o currículo que está em terceiro lugar, podia estar em primeiro e ficaria o encargo dos Presidentes nomearem um terceiro elemento para vogal, essa era a nossa contraproposta.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Não percebi, senhor Vereador.”-----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Temos dois elementos aqui, o primeiro desistiu, o terceiro elemento tem, de acordo com o currículo, as condições para dirigir um projeto desta natureza. Portanto, a nossa proposta, porque consideramos que a exclusividade aqui é determinante, e esse princípio nós vamos mantê-lo até ao fim, o terceiro, isto na situação de compor aqui os diversos interesses em causa, passa a primeiro, está o segundo e designam um novo elemento. -----

Se o senhor Presidente não tiver condições de decidir neste momento, marca uma próxima reunião, nós não vimos cá receber nada, porque o senhor Presidente muitas vezes tem essa preocupação, pode marcar uma reunião extraordinária, nós não receberemos nada por essa reunião extraordinária e decidimos essa matéria, se assim entender.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Quer acrescentar alguma questão?” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Senhor Presidente, relativamente a isto tudo e eu quero deixar isto muito claro, já deixei e vou tornar a frisar isto, não tem nada a ver com, digamos, o apreço pela sua atividade e tudo isso, tem a ver com as águas com a APAL da Guarda. Eu entendo que não deve ser o Presidente da Câmara, qualquer Presidente da Câmara, a assumir a Presidência de uma estrutura que está a ser lançada, que está a começar a dar os primeiros passos. É evidente que vai continuar a haver água nas torneiras de toda a gente, que a inércia das instituições é a inércia das instituições. Agora, julgo que seria um “mau negócio” para a Guarda,

uma má aposta para a Guarda. Não tinha pensado naquilo que disse, mas nada contra. Aliás, a única questão, os currículos das pessoas que foram apresentadas uma será o vogal financeiro e outro o vogal técnico, portanto não há nada a dizer, não sou capaz de me pronunciar mais sobre isso, mas são pessoas que me parecem, perfeitamente, adequadas à situação. -----

Agora, o Presidente de uma estrutura destas, com uma responsabilidade destas e com uma vastidão destas, quanto a mim, mas eu sou uma entre sete não deverá ou não pode ser assumida pelo Presidente da Câmara, muito menos e, desculpe dizer-lhe outra vez, pelo Presidente da Câmara da Guarda que tem às suas costas o trabalho de uma Câmara, apenas com mais duas pessoas. Não há capacidade, por muito que queira e eu sei exatamente do que falo, porque não relativamente à Câmara, mas relativamente a outras atividades muito sobrepostas e a exigirem muito trabalho, diz-se em bom português: quem toca muitos burrinhos ao mesmo tempo algum deles fica para trás, e nós não queremos deixar para trás a Guarda e não queremos deixar para trás as águas.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores, eu não sei que declarações foram proferidas ou foram escritas ou ouvidas ou faladas na alguma comunicação social que levaram, mas os senhores saberão aquilo que terão dito, a este pedido de afastamento do Engenheiro António Fernandes do processo. O autoafastamento da parte dele.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Relativamente àquilo que eu disse foi exatamente aquilo que eu disse aqui, porque é aquilo que eu sei, eu disse que não conhecia o senhor, portanto nem sequer sabia outro tipo de enquadramentos. Eu disse isso aqui e mantenho. Hoje, já modifiquei, porque já sei quem é. Mas, relativamente ao Engenheiro António Fernandes é exatamente aquilo que eu disse. Um currículo só

para sabermos, está o assunto resolvido. E, claro teria que ser em exclusividade, aí julgo que é um serviço demasiadamente sério, demasiadamente absorvente, para ser de outra maneira. Nem me passaria pela cabeça, sinceramente, enfim posso ser um bocado naïve, de haver aqui outro tipo de componentes e de declarações que pudessem afetar ou ocasionar esse pedido de afastamento. Acho muito estranho, mas tudo bem, espero que não tenha sido por se ter pedido o currículo.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, se me permite, quando o senhor Presidente pergunta quais são as declarações que prestaram. As primeiras declarações são aquelas que estavam em ata e que nós iremos, caso o parecer jurídico seja favorável...”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Desculpe, o que o senhor Engenheiro António Fernandes refere não é o que está em ata ou deixa de estar, foi o que foi falado à margem da reunião de Câmara, à comunicação social que eu não sei o que é que os senhores falaram. Só lemos todos aquilo que lemos. Isso é que terá provocado este pedido de afastamento.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, então, vamos ver o que provocou, se é suficiente. Quer dizer eu sou sensível, hipersensível, o seu movimento não fala em várias vozes, falará organicamente com uma mesma voz, mas o senhor Presidente já disse não, mas cada um é responsável por si. Já não é igual ao Chega, porque na verdade só o líder é que fala e os outros estão calados ou seguem o líder, portanto aqui já vimos que temos várias vozes. Mas, senhor Presidente, aqui nós levantámos as questões objetivamente e na comunicação social dissemos o mesmo. Mas, à questão que o senhor Presidente na reunião de Câmara colocou que não era uma opção política, eu respondi ao senhor Presidente de Câmara que de facto o primeiro elemento, por isso é que nós queríamos o currículo, é Presidente de Junta e

é Secretário da mesa da Assembleia e foi isso que foi dito aos senhores jornalistas. À questão que o senhor Presidente colocou que não era uma opção política, eu respondi não, também não pode afirmá-lo, porque designadamente o primeiro tem estes dois cargos e, portanto, isso só justifica ainda mais a apresentação do currículo (na igualdade), porque se vamos pedir para os outros dois que, por acaso, eram os dois que eu não conhecia, repito: um já conhecia, mas pedindo para os dois não fiz a distinção de querer para dois e não querer para um, não aqui não há amiguinhos, nem amuos. -----

Existe um posicionamento ético que é a igualdade de circunstâncias, se nós estamos a avaliar, porque senão a pergunta a seguir qual é que era: Porque é que pediu de dois e não pediu do terceiro? Também não era justo. E, portanto, foi isto que se passou, mesmo à comunicação social. Não há sequer motivação suficiente para ter o pendor que essa carta tem, de demissão, porque nós nem sequer soubemos do currículo (soubemos agora dos outros dois não sabemos do António Fernandes) e, portanto, isto é uma decisão que só o vincula a ele que na nossa perspetiva, dentro daquilo que é a nossa liberdade política de fazer ação política e oposição, está no âmbito da nossa ação, que é pedir efetivamente o currículo que não choca, na nossa opinião, a ninguém. E, não se passou mais do que isso.”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Então, os senhores têm noção que isto é um período transitório, porque o Presidente da Câmara da Guarda poderá estar, no máximo, cerca de três meses à frente da APAL e a seguir passa para outro município, têm essa noção? Perceberam aquilo que eu referi? Para poderem acompanhar, porque as funções executivas serão assacadas aos dois vogais, aos dois currículos em causa, que estão aí, em razão das matérias. Perceberam isso? -----

E nós encontrámos, os autarcas, os quatro Presidentes de Câmara, depois de uma reflexão que fizemos, porque não há plano B neste momento e, as coisas neste momento estão num impasse e as coisas não podem parar, aliás neste momento existe um Conselho de Administração que são três Presidentes de Câmara, a julgar por aquilo que os senhores acabaram de dizer, levando à letra aquilo que os senhores disseram, ainda é pior. -----

- Adelaide Campos, Vereadora: “Eu queria só dizer o seguinte: é preferível hoje nós darmos um passo atrás, para depois voltarmos a colocar as coisas bem e corretamente, do que começarmos já a, encanar a perna à rã, arranjar formas de resolver, de escamotear e de andar, parece-me muito mau e eu, enfim, não tinha pensado na proposta que o Vereador Carlos Chaves disse, mas subscrevo.”-----

A reunião foi suspensa, pelo período de dez minutos sensivelmente, a pedido do senhor Presidente e dada a concordância dos presentes, afim de proceder a contactos telefónicos. -----

Ponto 2 - Hasta Pública para Cedência de Espaços em Imóveis Municipais para Instalação de Máquinas de Venda Automática de Bebidas e Produtos Alimentares - Abertura do Procedimento - Nomeação da Comissão e Gestor do Contrato.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo, do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 39/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que:-----

- O Município possui um protocolo desde 1 de maio de 2019, para a exploração de máquinas de venda automática em 8 espaços municipais; -----

- Desde a data da sua assinatura já decorreram mais de três anos;-----
- Existe necessidade de dotar mais espaços municipais com equipamentos deste género, de modo a possibilitar que os colaboradores do município e os utilizadores dos espaços possam adquirir alguns produtos alimentares e bebidas, proporcionando-lhes uma melhor experiência na fruição de tais espaços;-----
- A autarquia não dispõe de meios humanos e condições adequadas à disponibilização de bens alimentares e de bebidas, nos termos preconizados, tendo em conta critérios de racionalidade e eficiência;-----
- Pretende este Município através de hasta pública, ceder espaço em 17 edifícios municipais, para instalar 20 máquinas de “vending”, mediante uma contrapartida financeira para o prazo de um ano, renovável por igual período até ao máximo de duas renovações;-----
- A hasta pública favorece os princípios gerais da concorrência, da igualdade, de imparcialidade e transparência da atividade e do procedimento administrativo. -----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor ao Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal se digne submeter à reunião do Executivo para que este delibere: -----

1. Autorizar a abertura do procedimento de hasta pública, aprovando o Programa e Caderno de Encargos da hasta pública que se anexa, ao abrigo do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação; -----

2. Nomear como membros da comissão: -----

• Presidente: Rui Manuel da Costa Melo;-----

• 1.º Vogal Efetivo: Maria Joaquina Antunes Barbeira Afonso; -----

• 2.º Vogal Efetivo: Sónia Moura Ribeiro; -----

- *1.º Vogal Suplente: Alexandra Manuela Ferreira Lourenço;-----*
- *2.º Vogal Suplente: Teresa Augusta Anjos Fernandes; -----*
- 3. Nomear como Gestor do Contrato, a Técnica do Município Sónia Moura Ribeiro;*
- 4. Aprovar a minuta do contrato;-----*
- 5. Delegar no Presidente da Câmara Municipal da Guarda competência para outorga do contrato.”-----*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 3 - Hasta Pública para Alienação de Material Lenhoso Proveniente de Abates de Árvores Existentes nos Taludes dos Caminhos e Estradas Municipais

- Abertura do Procedimento - Nomeação da Comissão e Gestor do Contrato.--

Sobre este assunto foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo, do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 40/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que:-----

- Ao longo dos taludes das estradas municipais se encontram árvores, principalmente da espécie pinheiro bravo, que estão a danificar a plataforma das vias; -----
- Em muitos casos estas árvores representam um fator de risco para a circulação rodoviária, devido à inclinação exibida e /ou o seu estado fitossanitário; -----
- Em muitas situações há dúvidas sobre o real titular dessas árvores;-----
- Foi publicado o edital 38/2023 que notificou os proprietários para procederem ao arranque e corte de árvores, troncos ou ramos de árvores e arbustos que invadam o domínio público municipal ou sobre ele pendam; -----

- Que o referido edital previa a possibilidade de, findo o prazo previsto no edital, poder a CM proceder coercivamente à efetivação das medidas determinadas, reservando-se o direito de imputar as expensas ao proprietário; -----
- Que as referidas árvores possuem valor comercial, mas face à proximidade com linhas de telecomunicação e vias, carecem de formas de abate e extração por empresas com equipamento apropriado; -----
- Que o anterior procedimento de alienação ficou deserto de propostas.-----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, a proposta de: -----

- *Autorizar a abertura da hasta pública com uma redução do valor de aproximadamente 20% face ao anterior procedimento, aprovando as peças do procedimento, Regulamento e o Caderno de Encargos anexas à informação 8366, ao abrigo do disposto na alínea cc), do n.º 1, do artigo 33.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação;-----*
- *Nomear como membros da comissão: Efetivos, Presidente da Comissão, Catarina Coimbra; Vogais: Nuno Afonso, que substitui o Presidente nas suas faltas ou impedimentos e Joaquina Afonso; Suplentes: Susana Rebelo e Laura Alves; -----*
- *Nomear como Gestor do Contrato, a Técnica do Município Catarina Coimbra.”*

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

**Ponto 4 - Hasta Pública para Exploração do "Bar o Lago" Situado no PURD-
Abertura do Procedimento. -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 777/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que:-----

- O Parque Urbano do Rio Diz é um espaço natural, que está dotado de equipamentos para a prática de atividade física e de lazer. Está ainda dotado de infraestruturas de apoio que permitem, a quem o frequenta, para além de disfrutar da natureza efetuar uma pausa e poder usufruir de atividades comerciais, designadamente de serviço de snack/bar; -----

- Este espaço é um local privilegiado de encontro de gerações, de lazer e de bem-estar associado à partilha de sabores que devem ser encorajados e potenciados de uma forma ativa na mais extensa área verde da cidade; -----

- O Município possui um edifício denominado por “Bar o Lago” destinado à exploração de atividade comercial nomeadamente de snack/bar; -----

- Este tipo de equipamento beneficia os munícipes, e enquadra-se nos objetivos e determinações da autarquia uma vez que, valoriza todo o espaço envolvente e dinamiza a economia local;-----

- O Município pretende rentabilizar o património Municipal e deste modo valorizar o espaço do Parque Urbano do Rio Diz. -----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere: -----

1- Autorizar a abertura de um procedimento de hasta pública, aprovando as peças do ato público que se anexam, (Programa do Procedimento e Caderno de Encargos), ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 3.º, do artigo 32.º e nas alíneas g), e ee) ambas do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na sua atual redação; -----

2- Nomear como membros da comissão: -----

• *Presidente: Vereador Rui Melo da Costa Melo;*-----

• *1.º Vogal Efetivo: Maria Joaquina Antunes Barbeira Afonso;* -----

• *2.º Vogal Efetivo: Carlos Antunes;*-----

• *1.º Vogal Suplente: Alexandra Manuela Ferreira Lourenço;*-----

• *2.º Vogal Suplente: Joana Malaca.*-----

3- Nomear como Gestor do Contrato Carlos Antunes; -----

4- Aprovar a minuta do Contrato;-----

5- *Delegar no Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda competência para proceder à adjudicação definitiva do objeto e a outorga do contrato de exploração.*-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 5 - Proposta de Alienação e Corte da Vegetação Herbácea - Feno, na Quinta da Lameira e Quinta da Maúnça - Abertura do Procedimento.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 776/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que:-----

• O Município da Guarda é proprietário de dois terrenos rústicos denominados Quinta da Lameira e Quinta da Maúnça, que atualmente se encontram providos de vegetação herbácea - feno; -----

• Na sequência da informação Técnica da Divisão do Ambiente, torna-se necessário promover um procedimento de alienação e corte do referido feno, à semelhança de anos anteriores.-----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que o Executivo Municipal delibere:

1. Ao abrigo do disposto na alínea cc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, autorizar a abertura do procedimento de hasta pública para alienação da vegetação herbácea - feno, com propostas em carta fechada, com o valor base de €2.000,00 (dois mil euros);-----

2. Nomear como membros da comissão do procedimento: Efetivos, Presidente da Comissão, Rui Manuel Costa Melo; Vogais: Maria Joaquina Antunes Barbeira Afonso, que substitui a Presidente nas suas faltas ou impedimento e Susana Maria da Silva Rebelo; Suplentes: Laura Isabel Meirinho Alves e Catarina Sofia Marques Coimbra.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 6 - Proposta de Aquisição de um Prédio Urbano Sito na Quinta da Lameira na Freguesia e Concelho da Guarda à SCC - Sociedade Central de Cervejas e Bebidas S.A. com a Outorga da Escritura Pública de Aquisição.----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 778/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que:-----

• Em 31 de março de 1970, o Município da Guarda alienou à Fiandeira Moderna da Guarda, S.A.R.L., um prédio urbano com a área de 108.060m², destinado à instalação de um complexo fabril; -----

• No referido prédio, a Fiandeira Moderna da Guarda edificou o mencionado complexo fabril, que ocupou apenas a área de 6.753,030m², constituído por dois edifícios: o edifício I com três pavilhões, o edifício II com dois pavilhões, atualmente

descrito na Conservatória do Registo Predial da Guarda sob o número 164 da extinta freguesia da Guarda (Sé) e inscrito na respetiva matriz da freguesia da Guarda sob o artigo 3429, que confronta a norte, sul e nascente com o Município da Guarda e a poente com Caminho Público/ Estrada Municipal; -----

- Em 24 de agosto de 1987, o complexo fabril acima descrito foi adquirido em hasta pública pela firma Arcorel – Agentes Reunidos de Comércio e Representações, Lda., entretanto fundida na SCC – Sociedade Central de Cervejas e Bebidas S.A., com sede na Estrada da Alfarrobeira n.º 51, Vialonga, 2625-244 Vialonga, atual proprietária do prédio; -----

- Esta autarquia já é proprietária dos terrenos envolventes e já tem na sua posse a autorização para cancelamento da hipoteca legal, que se encontra a onerar o imóvel descrito sob o 164 da extinta freguesia da Guarda - Sé, registada pela apresentação 15 de 1983 /03724, hipoteca legal a favor da Caixa Sindical de Previdência do Pessoal da Indústria de Lanifícios, Instituição de Previdência Social, o Município da Guarda, após acordo entre as partes, pretende adquirir à SCC - Sociedade Central de Cervejas e Bebidas S.A. o prédio urbano acima descrito pelo valor de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros); -----

- O prédio urbano, acima referido, tem relatório de avaliação, elaborado por um Perito Avaliador devidamente habilitado para o efeito, anexo à presente proposta;

- O valor de aquisição do referido prédio está cabimentado na rubrica orçamental 0102 111 07010307 e GOP 1 1.1 2023/4 – Aquisição de Edifícios.-----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que o Órgão Executivo, ao abrigo da alínea g) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, delibere: -----

1. Adquirir à SCC - Sociedade Central de Cervejas, S.A, com o NIPC 511147236, o prédio urbano sito na Quinta da Lameira, na freguesia e concelho da Guarda, inscrito sob o artigo 3429 da freguesia da Guarda, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 164 da extinta freguesia da Guarda, pelo valor de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros);-----

2. Delegar, no Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, competência para outorga da escritura pública de aquisição.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Relativamente ao ponto seis eu queria fazer duas perguntas. Isto tem um valor patrimonial de 1 milhão, eu li bem?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “É isso mesmo, senhora Vereadora.”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “E agora vendem por 25 mil euros, o que é que se passa?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora, há aqui uma justificação. O prédio inicialmente estava mal registado, tinha área de terreno que não tinha. Mas deu no que deu e, os documentos que são apresentados, são os verídicos, tanto o valor patrimonial como a própria avaliação. Mas foi a este entendimento que chegámos e queremos resolvê-lo o mais rápido possível.”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Então, deixe-me só fazer-lhe mais uma pergunta. Claro que se uma coisa vale 1 milhão e se compra por 25 mil euros, é já a seguir. Mas a minha pergunta é, para quê?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “É para juntar a toda a área que já temos lá. Toda aquela envolvente da Quinta da Lameira é do município.”-----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Estamos a falar, ali junto ao Canil, não é?”-----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Depois do Canil, aqueles edifícios da antiga Arcorel, passo a publicidade.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Aquilo é reserva agrícola? Reserva ecológica?”

- **Sérgio Costa, Presidente:** “No caso concreto dos edifícios, não, já existe há muitos anos e está fora desse processo.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Bem é uma coisa louca, mas tudo bem, sim, favorável.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhores Vereadores?” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Senhor Presidente, também conheço bem este processo, mas há uma hipoteca.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Já está o distrato feito.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “O distrato está feito?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Sim.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Portanto, é venda sem outros encargos?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Exatamente, senão não vinha aqui. Aliás, no ato da escritura tem que ser apresentado..., aliás, o distrato já está feito.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Certo. Aprovamos.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Um processo que decorre há dezenas e dezenas de anos, que o processo estava embrulhado.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 7 - Proposta de Cedência do Quiosque Situado no Largo de S. Miguel, durante os Meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, ao Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1402 - S. Miguel da Guarda, com a Aprovação da Minuta do Contrato de Comodato. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 779/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que:-----

• O Município da Guarda é proprietário e legítimo possuidor do quiosque situado no Largo de S. Miguel, na Guarda-Gare que foi construído aquando da obra de requalificação do espaço público e zona envolvente da Av. da Estação/ Salamanca - POLIS, que atualmente se encontra devoluto;-----

• O Agrupamento 1402 de S. Miguel da Guarda, através de email enviado no dia 19 de abril de 2024, vem solicitar a cedência, durante os meses de junho, julho, agosto e setembro de 2024, do quiosque situado no Largo de S. Miguel, com a finalidade de ocupar os jovens nas férias escolares, permitindo também angariar fundos para as atividades de carácter educativo, social e lúdico;-----

• Esta autarquia, no âmbito das suas atribuições e competências, incentiva e apoia a realização de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outras de manifesto interesse para o Município e para os seus munícipes, e pretende colocar o referido quiosque à disposição dos munícipes de modo a que possam usufruir integralmente desse espaço.-----

Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere: -----

1. Aprovar a Minuta do Contrato de Comodato, para cedência do quiosque situado no Largo de S. Miguel, ao Agrupamento 1402 de S. Miguel da Guarda, ao abrigo da alínea u) do nº 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

• Delegar no Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda competência para outorga do respetivo Contrato de Comodato.” -----

CONTRATO DE COMODATO

Entre as partes signatárias: -----

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município da Guarda, pessoa coletiva de direito público com o número de identificação fiscal 501 131 140, com sede na Praça do Município, 6301-854, Guarda, neste ato legalmente representado pelo Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda Sérgio Fernando da Silva Costa, no uso das competências previstas na alínea a) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2, do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, doravante designado por Primeiro Outorgante: -----

SEGUNDO OUTORGANTE: Corpo Nacional de Escutas - Agrupamento 1402 - S. Miguel da Guarda, com sede na Rua do Povo s/n, 6300-865 Guarda, pessoa coletiva de direito público com o número de identificação fiscal 500972052, legalmente representado por Manuel Marques, no uso dos poderes concedidos pela alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, doravante designada por Segundo Outorgante. -----

Entre o Primeiro e o Segundo Outorgante é celebrado e reciprocamente aceite, na sequência da deliberação da Câmara Municipal da Guarda de de de 2024, o presente Contrato de Comodato, cujo o objeto é um quiosque, propriedade do Primeiro Outorgante, situado no Largo de S. Miguel, na Guarda-Gare, concelho da Guarda, doravante designado por OBJETO, o qual se rege pelas cláusulas seguintes e pela Lei que lhe for aplicável: -----

1.ª Cláusula

1- No âmbito dos poderes que lhe são conferidos pela titularidade do OBJETO do presente contrato, o Primeiro Outorgante cede o mesmo em regime de comodato para uso exclusivo do Segundo Outorgante. -----

2.ª Cláusula

1. O presente contrato tem como fim determinado o uso do presente objeto, durante os meses de junho, julho agosto e setembro de 2024, exclusivamente para o desenvolvimento de atividades da competência do Segundo Outorgante ou nele delegadas, na condição de o espaço ter uma dinamização relevante. -----
2. Cessando a vigência do presente contrato, o Segundo Outorgante obriga-se a restituir o OBJETO ora cedido, em bom estado de conservação e funcionamento. --
3. O Segundo Outorgante não terá direito a qualquer indemnização ou compensação nem poderá alegar o direito de retenção em relação a obras ou benfeitorias que tenha executado. -----

3.ª Cláusula

1. O Primeiro Outorgante pode denunciar o contrato em qualquer altura, desde que, comprovada e supervenientemente, se mostrem alterados os pressupostos de facto que fundamentaram a atribuição do objeto, designadamente se o Segundo Outorgante: -----
 - a) Não utilizar integral e ininterruptamente o OBJETO do presente contrato para o fim convencionado ou se deixar o mesmo sem atividades; -----
 - b) Não manter as instalações em perfeito estado de conservação, segurança, limpeza e salubridade, competindo-lhe executar por sua conta e risco todas as reparações necessárias. -----

4.ª Cláusula

1. O segundo Outorgante é o único responsável por: -----
 - a) Obter todas as licenças, certificações e autorizações necessárias às atividades integradas na exploração, nos termos da lei, assumindo os custos que daí possam advir; -----

- b) Contratar os seguros obrigatórios por lei;-----
- c) Licenciatar a publicidade do estabelecimento ou deter título legal habilitante similar;
- d) Cumprir o horário de funcionamento do espaço objeto do presente procedimento, que será o que for proposto pelo cocontratante, e aceite pela Câmara Municipal da Guarda, de acordo com a legislação aplicável aos estabelecimentos do género o único responsável por: -----
- e) Quaisquer danos causados a terceiros, pessoas ou bens, decorrentes da exploração, bem como danos causados pelo pessoal ao seu serviço, e ainda, danos que os seus fornecedores provocarem nas instalações cedidas; -----
- f) Pela reparação de todos os prejuízos sofridos por terceiros, incluindo o próprio Município da Guarda, designadamente os prejuízos materiais resultantes da atuação do Segundo Outorgante; -----
- g) Pela cobertura dos riscos resultantes de circunstâncias fortuitas e/ou imprevisíveis;-----
- h) Pelo uso de equipamentos sonoros ou atividades geradoras de ruído, nos parâmetros legalmente admissíveis e em cumprimento com o estabelecido no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 14 de março, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto; -----
- i) Pela difusão pública de música gravada, rádio ou televisão com difusão pública, munindo-se do licenciamento da Sociedade Portuguesa de Autores e da “PassMúsica”, nos termos previstos no Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 17 de setembro, na redação dada pelas Lei n.º 45/85, de 17 de setembro e n.º 114/91, de 3 de setembro, pelos Decreto-Lei n.º 332/97, de 27 de novembro e n.º 334/97, de 27 de novembro, e pelas Lei n.º

50/2004, de 24 de agosto e alterado e republicado pela Lei n.º 16/2008, de 1 de abril e, nas situações aplicáveis, obtendo a prévia licença especial de ruído.-----

5.ª Cláusula

1. De acordo com a Lei n.º 123/2019 de 18 de outubro, (3ª alteração do DL n.º 220/2008 de 12 de novembro), artigo 6.º, n.º 4, durante todo o ciclo de vida do edifício ou recinto que não se integrem na utilização -tipo I, a responsabilidade pela manutenção das condições de segurança contra risco de incêndio e a implementação das medidas de autoproteção aplicáveis é do Segundo Outorgante, que detém a exploração do edifício ou do recinto. -----

2. Deste modo, integrando-se o presente edifício na alínea b), n.º 4, e caso seja necessário, o Segundo Outorgante é também o único responsável pela elaboração das Medidas de Autoproteção (MAP), de acordo com o RT-SCIE (Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndios em Edifícios), presentemente Portaria n.º 135/2020, de 2 de junho, e restante legislação aplicável, bem como à submissão à Autoridade nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), para emissão de parecer, fazer o respetivo pagamento das taxas, os membros da equipa de segurança, que inclui o responsável de segurança, a eventual aquisição e colocação de equipamentos de segurança contra incêndios e qualquer intervenção, se necessário, no âmbito das MAP, custos de formação e de simulacros, custos de inspeções ordinárias e extraordinárias, bem como a implementação dessas mesmas MAP, sem prejuízo de outras constantes na legislação aplicável e aqui não referidas.-----

3. O incumprimento do previsto nos números anteriores determina a reversão de todas as benfeitorias nele realizadas para o Município, sem direito a qualquer compensação ou indemnização. -----

6.ª Cláusula

1. Durante a vigência do contrato, obriga-se o Segundo Outorgante com todas as despesas necessárias à manutenção do imóvel, suportando as despesas ordinárias e as despesas necessárias para o seu uso, designadamente despesas de conservação, manutenção e segurança; -----

7.ª Cláusula

1. O risco do uso do imóvel corre por conta do Segundo Outorgante, obrigando-se este a suportar os seguros, obrigatórios ou facultativos, designadamente os relacionados com o recheio do imóvel e com as atividades que decorram no mesmo.

8.ª Cláusula

O presente contrato entra em vigor no dia da sua assinatura, sendo celebrado em dois exemplares, ambos valendo como originais, os quais vão ser assinados pelos outorgantes, sendo um exemplar entregue a cada um deles. -----

9.ª Cláusula

Em tudo o que não estiver especificamente previsto no presente contrato observar-se-á o disposto no Código Civil. -----

Assim o Outorgaram,-----

Guarda, de de 2024

PRIMEIRO OUTORGANTE

SEGUNDO OUTORGANTE

(Município da Guarda)

(Corpo Nacional de Escutas -

Agrupamento 1402 – S. Miguel da Guarda)

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

**Ponto 8 - Proposta de Desafetação Tácita de um Troço de Estrada Municipal
577 por Troca com Prédio Confinante.** -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo, do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 42/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que: -----

- O troço da Estrada Municipal 577 identificado em anexo deixou de ser necessário ao interesse coletivo devido à construção da Avenida 25 de Abril no acesso à A25, e com o novo acesso criado para a Estrada Municipal 577 a partir da rotunda do “Cristal”; -----

- O troço em causa possui infraestruturas enterradas de água e saneamento e que o proprietário do terreno confinante se dispõe a deslocalizar para a Avenida 25 de Abril;-----

- Nos termos do artigo 8º do Decreto-Lei n.º 19502 de 24 de março de 1931, “...Sempre que da construção ou retificação de estradas ou caminhos rurais tenha resultado a possibilidade de serem dispensados, por desnecessários aos interesses coletivos, quaisquer troços de estradas ou caminhos, poderão os mesmos ser imediatamente incorporados nos prédios confinantes, se os respetivos proprietários os aceitarem, por troca com terrenos utilizáveis em estradas ou noutros melhoramentos de interesse público, ou por venda, cujo preço será liquidado sumariamente nos termos do artigo anterior e seus parágrafos, devendo ser ressalvados ou atendidos direitos de terceiros...”;-----

- É do interesse do Município e do interesse público que a área ocupada por este troço da EM577 possa ser trocada por uma área de igual medida junto à Avenida 25 de Abril. -----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, no âmbito da alínea qq) do n.º 1 do artigo 33 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro para apreciação e votação, a proposta de desafetação do um troço de Estrada Municipal 577 por troca com área igual do prédio confinante, nos termos previstos na informação técnica da DPGU de 21-05-2024 que se anexa, nomeadamente o mapa com a identificação da área a permutar, na condição das infraestruturas enterradas no troço a desafetar sejam deslocalizadas para a Avenida 25 de Abril a expensas do proprietário.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Favorável. A estrada deixa de ter uma curva para ser direita, não é?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Aquilo é um caminho antigo, que já não passa por lá ninguém, que já não faz sentido existir naquele sítio e, por isso, a área em causa tem que ser salvaguardada, porque é uma área pública, mas muda de local, digamos assim.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 9 - Proposta de Concessão de Apoio Extraordinário à Associação Cultural e Desportiva do Jarmelo para Realização do 14.º Concurso Nacional Bovino da Raça Jarmelista. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo, do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 44/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que: -----

- A Feira Concurso do Jarmelo assume uma inegável importância económica no mundo rural do concelho, com uma forte componente na divulgação do património genético da raça bovina Jarmelista, identitária do concelho da Guarda e reconhecida como raça autóctone em 27/20/2007;-----

- A feira é também um evento importante para potenciar o aumento de criadores das raças autóctones e um local de partilha de conhecimentos e experiências, potenciando a melhoria genética da raça. -----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, a proposta de deliberar, ao abrigo do disposto na alínea u) do nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a atribuição à Associação Cultural e Desportiva do Jarmelo, de um apoio extraordinário no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), para participação nas despesas dos prémios a atribuir no âmbito do 14º Concurso Nacional Bovino da Raça Jarmelista.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 10 - Proposta de Apoio Extraordinário a Atribuir à Associação de Estudantes do Instituto Politécnico da Guarda.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Vice-Presidência do seguinte teor:

“Proposta VPCM n.º 150/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que:-----

A Educação constitui o motor e a evidência do desenvolvimento social e humano que os municípios devem promover e potenciar, possuindo competências, não de natureza pedagógica, mas em todo o seu contexto não formal e informal; -----

O associativismo académico tem como principais funções zelar pela promoção dos direitos e interesses legítimos dos estudantes que representa, promover iniciativas de índole educativa, cultural e recreativa alavancando a interação entre os alunos e a sua inclusão, já que o universo dos discentes contempla múltiplas e distintas identidades que comungam os mesmos espaços sociais e modos de vida na comunidade a que pertence a instituição de ensino que frequentam; -----

A Associação de Estudantes do Instituto Politécnico da Guarda tem demonstrado constituir uma estrutura sólida e ser detentora de uma atuação empreendedora e dinamizadora, intervindo em diversas áreas como a cultura, a juventude e o voluntariado, contribuindo para o desenvolvimento social e económico locais e constituindo, inúmeras vezes, a primeira plataforma de cidadania para muitos jovens;

A Semana Académica e a Missa de Finalistas são duas efemérides tradicionais do percurso académico dos estudantes do Instituto Politécnico da Guarda, cultivando o relacionamento salutar e proativo entre os discentes, docentes e instituições de várias índoles da comunidade, num envolvimento e criação de laços com a Guarda cada vez mais coesos e necessários; -----

Apoiar tais iniciativas, através da atribuição dum apoio económico por parte da autarquia, é contribuir para o desenvolvimento local e incentivar a fixação de jovens na nossa região.” -----

Nessa conformidade -----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e

deliberação, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 3.º; alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º; artigo 32.º; alíneas o), u) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais, a atribuição de um apoio extraordinário no valor de 10 000 € à Associação de Estudantes do Instituto Politécnico da Guarda.” -----

O valor supra identificado, encontra-se devidamente cabimentado na classificação orçamental 0102 020225 e GOP 11.1 2023/5012.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- Adelaide Campos, Vereadora: “Claro que é favorável, mas é a tal história daquilo que se atribui a uma festa, com todo o gozo, com toda a piada e com toda a alegria que dá, mas temos que entrar depois em linha de conta com os tais miúdos e os tais projetos que temos que pensar melhor, mas sim favoravelmente.” -----

- Sérgio Costa, Presidente: “A propósito, está-me a referir o senhor Vereador Rui Melo que o transporte dos alunos do projeto em causa, foi aprovado, mas a custos do próprio Regulamento, que é um valor ínfimo em relação àquilo que se pratica na praça, digamos assim. Mas, de todo o modo nós iremos fazer exatamente a mesma análise, função do que eu referi há pouco.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 11 - Proposta de Apoio Extraordinário à Participação do Atleta Marco Martins no UCI Gran Fondo World Championships na Dinamarca.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo, do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 43/2024

Mandato 2021/2025

Considerando: -----

- A importância que a prática desportiva tem na formação do caráter e na transmissão de princípios salutarres, seja ao nível da ética da convivência e integração interpessoal, seja ao nível da promoção de hábitos de vida saudáveis;-----

- A importância da participação de atletas do concelho em eventos desportivos internacionais na divulgação e promoção da imagem do concelho da Guarda;-----

- A relevância dos resultados alcançados, pelo atleta Marco Paulo da Costa Martins e que são evidenciados no documento anexo à presente proposta;-----

Tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne a submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e deliberação, ao abrigo do disposto no n.º 5 do Artigo 2º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Associações Culturais e Desportivas do Concelho da Guarda, assim como ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º da Lei n.º 75/ 2013 de 12 setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais; Lei n. 30/2013 de 27 de outubro, aprovar o apoio financeiro de 1.000,00€ ao atleta Marco Martins para apoio na atividade de natureza desportiva de participação no dia 28 de Agosto no UCI Gran Fondo World Championships na Dinamarca, condicionado a que no equipamento desportivo e em todas as participações públicas seja dado o devido destaque ao concelho da Guarda. -----

O valor supra identificado, tem dotação orçamental conforme ficha de cabimento em anexo.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 12 - Proposta de Autorização para a Realização de Obras de Alteração e Ampliação do Edifício da Escola EB1 de Vale de Estrela.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 775/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que:-----

1. O Município da Guarda é legítimo proprietário do antigo Edifício da Escola EB1 de Vale de Estrela, sito em Vale de Estrela, o qual cedeu por um período de 50 anos, à ADM Estrela - Associação de Desenvolvimento e Melhoramentos, com o NIPC 502 507 764, em regime de comodato, conforme deliberação do Órgão Executivo de 20 de setembro de 2013;-----

2. De acordo com o vertido no ponto 2 da cláusula 7 a do Contrato de Comodato, atrás mencionado, a referida Associação não poderá proceder a quaisquer benfeitorias no imóvel, sem a prévia e expressa anuência do Município da Guarda;

3. Nesse sentido, a ADM Estrela – Associação de Desenvolvimento e Melhoramentos, veio em 15/06/2020 solicitar à Câmara Municipal autorização para obras de alteração e ampliação de edificação no referido edifício, de acordo com planta 1 apresentada em anexo. Na altura, o pedido foi submetido à reunião de Câmara de 26/10/2020, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

4. A ADM Estrela - Associação de Desenvolvimento e Melhoramentos, apresentou nesta autarquia um projeto para a realização de obras de alteração e ampliação do imóvel cedido pelo Município, que em termos técnicos tem parecer favorável e no qual se verificam alterações na planta de implantação e ampliação aprovada na reunião do Executivo Municipal de 26/10/2020. Assim, e para proceder em conformidade com o ponto 2 da cláusula 7a do Contrato de Comodato, vem solicitar nova autorização de acordo com a planta atualizada – planta 2, em anexo e informação técnica;-----

Considerando ainda que:-----

5. A ADM Estrela - Associação de Desenvolvimento e Melhoramentos tem aprovada no âmbito do PRR a candidatura n.º PRR-RE-C03-i01-05-000049, para alteração e ampliação das instalações do Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) existente para um Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), que funciona no espaço em causa. -----

Nestes Termos, -----

Tenho a honra de propor ao digno Órgão Executivo que delibere, aprovar a realização de obras de alteração e ampliação do Edifício da Escola EB1 de Vale de Estrela, com o artigo matricial n.º 598, de acordo com a planta 2 que se anexa ao abrigo do Contrato de Comodato celebrado entre o Município da Guarda e a ADM Estrela - Associação de Desenvolvimento e Melhoramentos. -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 13 - Prorrogação do Prazo para a Conclusão da Elaboração da 2.ª Alteração ao Plano de Pormenor do Parque Urbano do Rio Diz. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta do Senhor Vereador Rui Melo, do seguinte teor: -----

“Proposta VRM n.º 41/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que: -----

1. O procedimento de elaboração da 2.ª Alteração ao Plano de Pormenor do Parque Urbano do Rio Diz, foi publicado através do Aviso n.º 12949/2022, de 29 de junho;
2. Aos dezoito dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e dois, foi celebrado contrato de planeamento com Lidl & Companhia, SA, no qual se contratualizou a

referida alteração, respeitando os seguintes termos de referência previamente definidos:-----

a) Para que concorra para o desenvolvimento económico da cidade e do concelho, fortalecendo a sua centralidade e urbanidade, assim como, para a melhoria da qualidade de vida da sua população, com a maior variedade de oferta de bens;-----

b) A localização deste tipo de estabelecimento comercial tem de, necessariamente, ser suportado numa área de fácil acessibilidade à população. Apenas tal situação proporcionará mais claras vantagens aos usuários dos estabelecimentos. Neste quadro, a instalação de uma insígnia junto a um dos principais pontos de distribuição da cidade e desta com a envolvente, é premissa relevante para a prossecução dos legítimos interesses da população nesta matéria; -----

c) A instalação desta unidade comercial no Concelho da Guarda, irá criar previsivelmente um total de 25 novos postos de trabalho diretos; -----

d) A rotunda das Portas da Cidade ou da “Mão”, constitui um dos principais pontos de distribuição do tráfego na cidade da Guarda, encontrando-se na atualidade requalificada com a obra de arte no interior da mesma, mas sem estrutura urbana na bacia visual que enquadra a rotunda. A instalação de um edifício com linhas arquitetónicas contemporâneas que se localiza no lado poente da rotunda, em terreno ora expetante, contribuirá certamente para a criação de uma imagem urbana daquela zona da cidade; -----

3. Considera a Lidl & Companhia, SA, após diversas reuniões preparatórias relativas à organização de trânsito na área envolvente, estar agora em condições de concluir todos os documentos que constituem o conteúdo material da proposta de alteração do plano, solicitando a prorrogação do prazo para a elaboração da mesma; -----

4. A Câmara Municipal da Guarda estabeleceu um período de 24 meses para a elaboração 2.ª Alteração ao Plano de Pormenor do parque Urbano do Rio Diz, que termina a 29 de junho 2024;-----

5. Nos termos do n.º 7 do artigo 76º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio – RJGT, o não cumprimento do prazo estabelecido determina a caducidade do procedimento; -----\

6. O prazo de elaboração dos planos municipais pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período máximo igual ao previamente estabelecido, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo;-----

7. Que o prazo determinado inicialmente é manifestamente insuficiente para a conclusão dos procedimentos necessários à elaboração da 2.ª Alteração ao Plano de Pormenor do Parque Urbano do Rio Diz;-----

Face ao exposto, tenho a honra de propor ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, que se digne submeter ao digno Órgão Executivo, para apreciação e votação, a proposta de:-----

8. Nos termos do estabelecido no n.º 6 do artigo 76º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, a prorrogação do prazo por mais 24 meses para conclusão da elaboração da 2.ª Alteração ao Plano de Pormenor do Parque Urbano do Rio Diz.”

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 14 - EM233/até à PLIE - Melhoria de Acessibilidades à PLIE da Guarda - Ratificação da Ata do Júri do Procedimento - Esclarecimentos, Retificações e Alteração das Peças do Procedimento.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 773/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que: -----

1 – A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 22.04.2024, deliberou a abertura do procedimento por concurso público da empreitada de “EM233/até à PLIE – Melhoria de Acessibilidades à PLIE da Guarda”;-----

2 – Em fase de esclarecimentos, retificações e alteração das peças procedimentais, nos termos previsto no artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, e no prazo previsto no artigo 6º do Programa de Procedimento, foram solicitados esclarecimentos e apresentada lista de erros e omissões por alguns interessados;----

3 – Na sequência da análise efetuada aos esclarecimentos e erros e omissões apresentados, o júri elaborou informação, propondo ao órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do artigo 50º do CCP, a retificação das peças do procedimento; -----

4 – A resposta aos esclarecimentos foi efetuada após o segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, tendo o júri proposto a prorrogação do prazo em 4 dias, para além da data prevista, nos termos previstos no n.º 7 do artigo 50º conjugado com o artigo 64º e artigo 130º do Código dos Contratos Públicos;-----

Reportando ao atrás descrito, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal no dia treze de maio de dois mil e vinte e quatro, ao abrigo do artigo 42º do CPA, designadamente a competente decisão, de acordo com o disposto no artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artigo 64º e artigo 130º sobre a aprovação da ata onde constam os esclarecimentos prestados pelo júri, a respetiva alteração

das peças do procedimento, a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas e a respetiva disponibilização na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, retroagindo os efeitos de ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 164º do CPA, considerando a necessidade de resposta prevista no n.º 5 do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 15 - Intervenções em Infraestruturas Danificadas pelos Incêndios de 2022 na Freguesia de Gonçalo - Ratificação da Ata do Júri do Procedimento - Esclarecimentos, Retificações e Alteração das Peças do Procedimento. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 774/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que: -----

1 – A Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 22.04.2024, deliberou a abertura do procedimento por concurso público da empreitada de “Intervenções em Infraestruturas danificadas pelos Incêndios de 2022 na Freguesia de Gonçalo”; -----

2 – Em fase de esclarecimentos, retificações e alteração das peças procedimentais, nos termos previsto no artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, e no prazo previsto no artigo 6º do Programa de Procedimento, foram solicitados esclarecimentos e apresentada lista de erros e omissões por alguns interessados;-----

3 – Na sequência da análise efetuada aos esclarecimentos e erros e omissões apresentados, o júri elaborou informação, propondo ao órgão competente para a

decisão de contratar, nos termos do artigo 50º do CCP, a retificação das peças do procedimento; -----

4 – A resposta aos esclarecimentos foi efetuada após o segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, tendo o júri proposto a prorrogação do prazo em 4 dias, para além da data prevista, nos termos previstos no n.º 7 do artigo 50º conjugado com o artigo 64º e artigo 130º do Código dos Contratos Públicos;-----

Reportando ao atrás descrito, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar a decisão tomada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal no dia treze de maio de dois mil e vinte e quatro, ao abrigo do artigo 42º do CPA, designadamente a competente decisão, de acordo com o disposto no artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artigo 64º e artigo 130º sobre a aprovação da ata onde constam os esclarecimentos prestados pelo júri, a respetiva alteração das peças do procedimento, a prorrogação do prazo fixado para a apresentação das propostas e a respetiva disponibilização na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, retroagindo os efeitos de ratificação à data do ato a que respeita, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 164º do CPA, considerando a necessidade de resposta prevista no n.º 5 do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

**Ponto 16 - Construção de 51 Fogos - Bairro da Fraternidade - Guarda -
Abertura de Procedimento. -----**

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 781/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que,-----

1 - Existe a necessidade urgente de realojamento de famílias carenciadas que vivem no Bairro da Fraternidade, em habitações construídas na década de 80 pelo Fundo de Fomento da Habitação, com o propósito de alojar famílias retornadas das ex-colónias portuguesas;-----

2 - Estas habitações encontram-se em elevado estado de degradação, não cumprindo as necessidades básicas de habitabilidade;-----

3 - Para além da necessidade de melhorar as condições de habitabilidade, as habitações foram constantemente alteradas, tornando o Bairro da Fraternidade inacessível aos habitantes da cidade. -----

Considerando ainda que,-----

4 - Na sequência da aprovação da Estratégia Local de Habitação do Município da Guarda e posterior assinatura do Acordo de Colaboração entre o IHRU, I.P. e o Município da Guarda, este Município viu aprovada a candidatura submetida ao PRR - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, Aviso N.º 01/CO2-i01/2021, ao abrigo do Programa 1.º Direito. -----

Reportando ao atrás descrito, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal que visa o seguinte:-----

1 - Aprovar o projeto de “Construção de 51 Fogos – Bairro da Fraternidade - Guarda”;-----

2 – Aprovar as peças do procedimento, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 40º do Código dos Contratos Públicos; -----

3 – Decidir autorizar a despesa, nos termos do art.º 36º do Código dos Contratos Públicos;-----

4 – Decidir, nos termos da alínea c) do n.º 1 e alínea a) do n.º 2 do art.º 16º e alínea a) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o n.º1 do art.º 36º e art.º 38º do referido diploma legal, adotar o procedimento de Concurso Público para a formação do contrato de empreitada de “Construção de 51 Fogos – Bairro da Fraternidade - Guarda”, estimando-se que o valor da despesa seja de 7.434.169,78€ (sete milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta e nove euros e setenta e oito cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de execução de 545 dias; -----

5 – Designar de acordo com o art.º 67º do CCP o Júri que conduzirá o procedimento e delegar no mesmo as competências, nos termos do n.º 1 do art.º 109º do Código dos Contratos Públicos e previstas no art.º 69º do referido diploma legal. -----

Júri:-----

- Presidente – Maria João Gomes;-----

- Vogal efetivo – Horácio Brás; -----

- Vogal efetivo – Vítor Gama; -----

- Vogal suplente – Andreia Plácido; -----

- Vogal suplente – Carla Reis. -----

6 – Designar, nos termos do artigo 290º-A do Código dos Contratos Públicos, como gestor do contrato o Técnico Superior Horácio Brás, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 17 - Prestação de Serviços de Recolha de Biorresíduos e Lavagem de Contentores Coletivos de Biorresíduos em Zonas Urbanas do Concelho da Guarda - Decisão de Adjudicação do Concurso Público n.º 94/2024. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 771/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que: -----

Em 13 de maio de 2024, o júri do procedimento elaborou o Relatório Final de análise de propostas nos termos do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos. -----

No âmbito da audiência prévia dos concorrentes, verificou-se que não foi apresentada nenhuma reclamação, não havendo alteração ao teor das conclusões expressas no Relatório Preliminar. -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere:-----

o Aprovar, nos termos do disposto no nº 4 do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, todas as propostas contidas no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação do Concurso Público “Prestação de serviços de recolha de biorresíduos e lavagem de contentores coletivos de biorresíduos em zonas urbanas do concelho da Guarda” à empresa SUMA- Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. pelo valor de 179.988,00€ (cento e setenta e nove mil, novecentos e oitenta e oito euros);-----

o Aprovar, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos a Minuta do Contrato.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Já se arranjou alguém que venha recolher os biorresíduos, finalmente.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “À quarta foi de vez, senhora Vereadora.” -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 18 - Prestação de Serviços para Controladores dos Passadiços do

Mondego - Decisão de Adjudicação do Concurso Público n.º 97/2024. -----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 783/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que: -----

Em 09 de maio de 2024, o júri do procedimento elaborou o Relatório Final de análise de propostas nos termos do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos. -----

No âmbito da audiência prévia dos concorrentes, verificou-se que não foi apresentada nenhuma reclamação, não havendo alteração ao teor das conclusões expressas no Relatório Preliminar. -----

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal da Guarda delibere:-----

o Aprovar, nos termos do disposto no artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, a proposta contida no Relatório Final, nomeadamente para efeitos de adjudicação do concurso público “Prestação de Serviços para Controladores dos Passadiços do Mondego” à empresa AGR – Engenharia e Serviços, Lda., no valor de 192.000,00€ (cento e noventa e dois mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, com um prazo de 365 dias.-----

o Aprovar, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 98º do Código dos Contratos Públicos a Minuta do Contrato.”-----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Relativamente ao ponto dezoito, eu queria fazer a seguinte pergunta: não há possibilidade, isto são sempre prestações externas, não

há hipótese de (nem sei se é possível, nem sei se estou a dizer um grande disparate), ser um trabalho dependente de funcionários da Câmara?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora, neste momento não temos recursos humanos para isso, não temos. No futuro se tivermos recursos humanos para isso, e fazendo as contas efetivas, se der para fazer, será depois feita a análise, mas no imediato nós não temos recursos humanos para isso. Estamos a falar em muitos recursos humanos que têm que assegurar sete dias por semana, com aquele horário alargado.”-----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Ponto 19 - Execução e Manutenção de Infraestruturas Hidráulicas e Pavimentações no Concelho da Guarda 2022/2023 - Aprovação de Trabalhos a Menos.-----

Sobre este assunto foi presente uma proposta da Presidência do seguinte teor: -----

“Proposta PCM n.º 780/2024

Mandato 2021/2025

Considerando que,-----

1 – Na empreitada de “Execução e Manutenção de Infraestruturas Hidráulicas e Pavimentações no Concelho da Guarda 2022/2023”, adjudicada à Firma Samuel Augusto, Lda. pelo valor de 136.462,00€, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, verificou-se que com a realização do último auto de medição dos trabalhos realizados, não foram executados trabalhos no valor de 28.469,81€, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, conforme informação da fiscalização da obra, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta;-----

2 – Estes trabalhos não foram realizados por facto imputável ao empreiteiro, pois este não teve capacidade de resposta para todas as ordens de serviço emitidas, dentro do prazo estabelecido nas mesmas; -----

3 – O valor dos trabalhos a menos corresponde a 20,86% do preço contratual, pelo que nos termos do artigo 381º do CCP, resulta indemnização à firma, contudo dado que os trabalhos não foram executados devido à não capacidade de resposta por parte do empreiteiro, verifica-se que o previsto no referido artigo não se poderá aplicar. -

Face ao atrás exposto, tenho a honra de remeter a presente proposta à próxima reunião de Câmara Municipal no sentido de deliberar: -----

1 - Aprovar os trabalhos a menos, no valor de 28.469,81€ acrescido da taxa de IVA em vigor, a que corresponde uma percentagem de 20,86% do valor total do contrato;-----

2 – Deduzir o valor dos trabalhos a menos ao preço contratual, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 379º do Código dos Contratos Públicos.” -----

Os anexos constantes da presente proposta ficam arquivados nos serviços. -----

A Câmara deliberou aprovar por unanimidade com sete votos a favor. -----

Foi retomado o Ponto 1 da Ordem de Trabalhos.-----

- Sérgio Costa, Presidente: “Então podemos continuar. -----

Depois de auscultar os colegas Presidentes de Câmara, porque toda e qualquer decisão é tomada em unísono, é este o nosso *modus operandi*, temos que estar todos de acordo. Os colegas recordavam que a decisão que foi aprovada em cada uma das Câmaras Municipais, nomeadamente esta, e em cada uma das Assembleias Municipais, é que as operações, está escrito, têm que iniciar no dia um de junho. Foi aprovado nesta Câmara e foi plasmado (até foi um deles que me recordou) e, nas

Assembleias Municipais. Portanto, dia um de junho a entidade tem que entrar em funcionamento e estamos a escassos dias disso poder acontecer. -----

Aquilo que os colegas referiram, e estamos todos solidários, esta continua a ser a nossa melhor proposta, para que as operações possam ter início. Porque, tal como eu referi há pouco, e voltaram-me a referir agora os colegas ao telefone, daqui a seis ou sete meses, estaremos aqui para designar aquele que será o Conselho de Administração definitivo. Este será sempre, tal como está plasmado nas propostas, um Conselho de Administração absolutamente provisório, onde cada Presidente de Câmara fará a rotatividade. -----

A Guarda será três meses, o Sabugal não sei se serão dois ou três meses também, Celorico serão mais dois e Manteigas será um, que teoricamente será o mais simples, porque é o mais pequeno na dimensão dos recursos humanos, digamos assim. E, portanto, neste momento o Conselho de Administração que existe, que está nomeado, são três Presidentes de Câmara e aquilo que nós estamos a querer dizer é: que seja apenas um Presidente de Câmara a presidir, apenas, no tempo que está a ser feita a integração do seu município, do seu concelho e no final de toda esta transição, daqui a alguns meses, estaremos aqui para votar, então, um novo Conselho de Administração que se pretende que seja, em parte, digamos assim, tendo em conta as funções executivas que as duas pessoas em causa terão. -----

E, por isso, a posição dos Presidentes de Câmara continua a ser esta, depois desta reflexão, esta auscultação, que foi feita agora ao telefone. Mantemos esta proposta que está apresentada, pedindo, efetivamente, a vossa aprovação nestes pressupostos, que daqui a alguns meses estaremos aqui para definir o novo Conselho de Administração no todo ou em parte, depois de toda esta transição que tem que ser feita.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Senhor Presidente, fico muito contente pelo facto de não ter aqui aparecido a dizer que já tinham mudado de ideias, e que era tudo ao contrário, fico muito feliz. Porque isso significaria que mais uma vez estávamos a andar com as decisões em cima do joelho.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora, o que eu fui fazer foi uma proposta que surgiu, na Câmara, e eu fui auscultar os meus pares, é assim que as coisas se fazem.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Eu estou a falar a sério. Se tivessem tomado a decisão, então vamos lá para resolver isto rapidamente, tomar aqui uma decisão já ao contrário, eu lamentaria muito e ficaria a duvidar, fortemente, da idoneidade, não das pessoas, mas da decisão. -----

Eu não posso votar favoravelmente, conforme já lhe disse, julgo que dentro de dois, três dias o senhor Presidente consegue arranjar uma outra pessoa com um currículo para vir colmatar essas duas pessoas e falar com os seus pares. Eu sou uma, os restantes seis elementos que decidam. Muito obrigada.” -----

- **Carlos Monteiro, Vereador:** “Nós votamos contra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Senhora Vereadora como é que vota? Os senhores Vereadores do PSD votam contra.” -----

- **Adelaide Campos, Vereadora:** “Contra.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Então a proposta dos quatro Presidentes de Câmara, da Guarda, de Celorico da Beira, do Sabugal e de Manteigas é rejeitada pelos senhores Vereadores do Partido Social Democrata e do Partido Socialista. Aquilo que passará a acontecer neste momento, é que se mantem em funções o mesmo Conselho de Administração de três autarcas, precisamente, de três Presidentes de

Câmara, a saber, Guarda, Celorico e Sabugal. Foi essa decisão que os senhores acabaram, agora, de tomar.”-----

A Câmara deliberou reprová-lo, por maioria, com quatro votos contra dos senhores Vereadores Carlos Monteiro, Lucília Monteiro, Vítor Amaral e Adelaide Campos e três votos a favor do senhor Presidente Sérgio Costa e dos senhores Vereadores Amélia Fernandes e Rui Melo.-----

ENCERRAMENTO

As deliberações constantes desta ata foram aprovadas em minuta, para efeitos de executoriedade imediata. Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezassete horas e vinte e nove minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Presidente, e por mim, Vanda Cristina Simões Leal Bule de Sá Rodrigues, Técnica Superior, que a subscrevi.-----